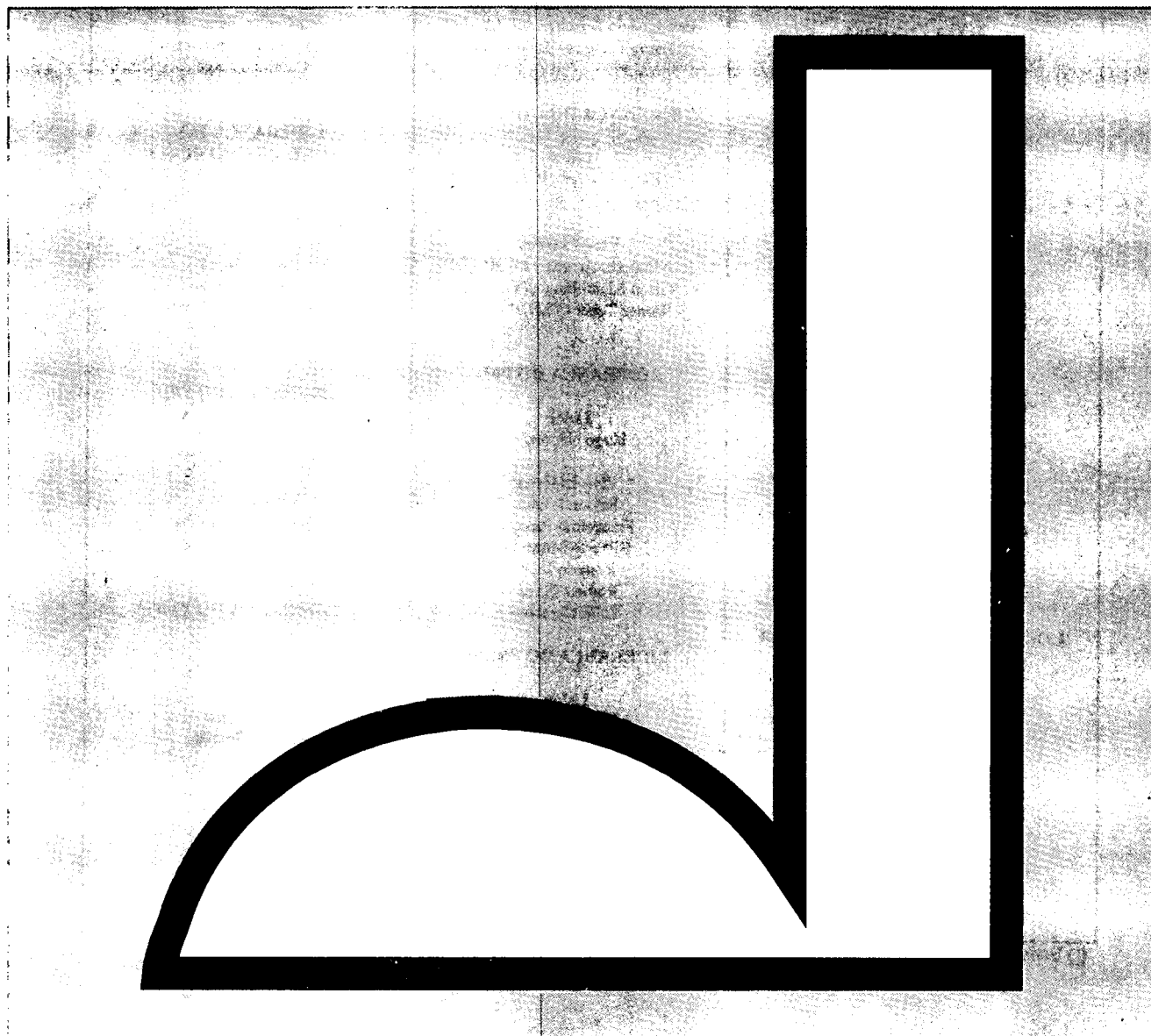


**EXEMPLAR ÚNICO**



**República Federativa do Brasil**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**EXEMPLAR ÚNICO**

**ANO LII - Nº 158**

**SÁBADO, 6 DE SETEMBRO DE 1997**

**BRASÍLIA-DF**

<p><b>MESA</b> <b>Presidente</b> Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p><b>2º Vice Presidente</b> Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p><b>1º Secretário</b> Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p><b>2º Secretário</b> Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p><b>3º Secretário</b> Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p><b>4º Secretário</b> Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>1º - Emília Fernandes(*) - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p><b>Corregedores - Substitutos</b> (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - (*) - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sergio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líder</b> Odacir Soares</p>
--	--	---

(\*) Sem partido

Atualizada em 20/8/97

<b>EXPEDIENTE</b>		
<p><b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>CLAUDIONOR MOURA NUNES</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>JÚLIO WERNER PEDROSA</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>RAIMUNDO CARREIRO SILVA</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>MANOEL MENDES ROCHA</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>DENISE ORTEGA DE BAERE</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p><b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b></p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – RESOLUÇÃO

Nº 82, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. (Retificação) .....

18255

### 2 – ATA DA 118ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE SETEMBRO DE 1997

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

##### 2.2.1 – Pareceres

##### Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1994 (nº 314/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Televisão Cidade Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. ....

18256

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1996 (nº 189/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Vale do Salgado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lavras de Mangabeira, Estado do Ceará. ....

18257

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1996 (nº 217/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Itapoã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. ....

18257

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1996 (nº 273/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Franca do Imperador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo. ....

18258

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 1996 (nº 271/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente deno-

minada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. ....

18259

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1996 (nº 401/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo. ....

18260

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. ....

18261

##### 2.2.2 – Discurso do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Participação de S. Exª no 2º Encontro Nacional de Trabalho do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, realizado recentemente em Aracaju-SE. ....

18366

##### 2.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1996, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre a concessão de Seguro-Desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências, apreciado conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. ....

18367

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente das sessões ordinárias de 14 e 16 de outubro próximo, será dedicado a homenagear o ex-Senador Carlos Gomes de Oliveira e o Dia Mundial da Ali-

mentação, respectivamente, de acordo com os Requerimentos nºs 577 e 552, de 1997, de autoria dos Senadores Esperidião Amin, Osmar Dias e outros Senadores, continuando abertas as inscrições para as referidas homenagens.....

18367

#### 2.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

**SENADOR JOÃO ROCHA** – Homenagem à memória do Sr. Agnaldo Borges Pinto, ex-Diretor de Programação da TV Anhangüera, que teve papel fundamental na sua implantação no Estado do Tocantins. ....

18367

**SENADOR JÚLIO CAMPOS** – Recebimento de ofício das principais lideranças políticas, empresariais e de trabalhadores de Mato Grosso, pleiteando a revogação de resolução do Banco Central, que altera o horário de funcionamento das agências bancárias naquele Estado. ....

18368

#### 2.3 – ENCERRAMENTO

#### 3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Elcio Alvares, proferido na sessão de 4-9-97..... 18369

#### 4 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.573-11 e 1.576-3, de 1997 (publicadas em suplemento a este Diário)..... 18371

#### 5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.914 a 2.925, de 1997. .... 18372

#### 6 – MESA DIRETORA

#### 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

# SENADO FEDERAL

## RESOLUÇÃO Nº 82, DE 1997

**Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM - SP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.**

### RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 82, de 1997, publicada no **Diário do Senado Federal**, de 3 de setembro de 1997, página 17793, segunda coluna, no art. 2º, alínea g

Onde se lê:

"....

#### Vencimento

1º-9-2000  
1º-10-2000  
1º-11-2000  
1º-12-2000  
...

Leia-se:

#### Vencimento

1º-9-2000  
1º-10-2000  
1º-11-2000  
1º-12-2001  
"

# Ata da 118ª Sessão Não Deliberativa em 5 de setembro de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência do Sr.: Geraldo Melo*

*(Inicia-se a sessão às 9h)*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

## EXPEDIENTE

## PARECERES

### PARECER Nº 462, DE 1997

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1994 (nº 314, de 1993, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que outorga permissão à Televisão Cidade Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso".

**Relator: Senador Júlio Campos**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1994 (nº 314, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Televisão Cidade Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 488, de 1992, o então Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 147, de 14 de março de 1990, que outorga permissão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Televisão Cidade Verde Ltda.:

### Nome do Sócio Cotista Cotas de Participação

Ana Maria Barbosa Nunes Rocha	250
José Teije Corrêa da Costa	250
Maria de Fátima Ferreira Sobreira	200
João Celestino Corrêa da Costa Neto	200
Maria Adélia Guilberti Sucena	100
<b>TOTAL DE COTAS</b>	<b>1.000</b>

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Maluly Netto, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992. Essa norma interna relaciona uma série de informações e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, e que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 22, de 1994, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Televisão Cidade Verde Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1997. –  
**Senador Joel de Hollanda** (Vice-Presidente no

exercício da Presidência) – Senador **Júlio Campos** (Relator) – **Sebastião Rocha** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Abdias Nascimento** – **Coutinho Jorge** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Edison Lobão** – **Lauro Campos** – **Abstenção** – **João Rocha** – **Francelino Pereira** – **João França** – **Benedita da Silva** – **Abstenção**.

#### **PARECER Nº 463, DE 1997**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1996 (nº 189, de 1995, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Vale do Salgado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lavras de Mangabeira, Estado do Ceará".**

**Relator: Senador Sérgio Machado**

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1996 (nº 189, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão à Rádio Vale do Salgado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lavras de Mangabeira, Estado do Ceará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 367, de 1992, o então Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de julho de 1992, que renova concessão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Vale do Salgado Ltda.:

#### **Nome do Sócio Cotista Cotas de Participação**

Miguel Vasconcelos de Arruda	40
Francisco Vasconcelos de Arruda Sobrinho	30
Francisco Almir Bezerra	20
Miguel Cairo Arruda	20
Joaquim Cavalcante Alencar	20
Ricardo José Arruda Neto	20
<b>TOTAL DE COTAS</b>	<b>150</b>

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido

parecer favorável de seu relator, Deputado Pedro Irujo, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Voto do Relator**

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992. Essa norma interna elenca uma série de informações e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, e que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 19, de 1996, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Vale do Salgado Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1997. – **Joel de Hollanda**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência – **Sérgio Machado**, Relator – **Emília Fernandes** – **Coutinho Jorge** – **Benedita da Silva**, **Abstenção** – **Hugo Napoleão** – **Júlio Campos** – **Sebastião Rocha** – **João Rocha** – **Francelino Pereira** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Lauro Campos**, **Abstenção** – **José Fogaça** – **Ernandes Amorim** – **Abdias Nascimento** – **Edson Lobão**.

#### **PARECER Nº 464, DE 1997**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1996 (nº 217, de 1995, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Itapoã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina".**

**Relator: Senador Gerson Camata****I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1996 (nº 217, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão à Rádio Itapoã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 877, de 1994, o então Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 760, de 4 de outubro de 1994, que renova permissão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Itapoã Ltda.:

**Nome do Sócio Cotista Cotas de Participação**

Carlos A. Spinelli	960
Waldir Eduardo Martins Filho	11.040
<b>TOTAL DE COTAS</b>	<b>12.000</b>

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Paulo Cordeiro, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Voto do Relator**

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992. Essa norma interna elenca uma série de informações e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, e que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 89, de 1996, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Re-

solução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Itapoã Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1997. – Senador **Joel de Hollanda**, (Vice Presidente, no exercício da Presidência) – Senador **Gerson Camata** (Relator) – **Sebastião Rocha** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Abdias Nascimento** – **Coutinho Jorge** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Edison Lobão** – **Lauro Campos**, vencido – **Leomar Quintanilha** – **Esperidião Amin** – **Waldeck Ornelas** – **Jonas Pinheiro** – **Elcio Alvares**.

**PARECER Nº 465, DE 1997**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1996 (nº 273, de 1996, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Franca do Imperador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo".**

**Relator: Senador João Rocha****I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 1996 (nº 273, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão à Rádio Franca do Imperador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 751, de 1994, o então Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 631, de 25 de agosto de 1994, que renova permissão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, inciso XII combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Franca do Imperador Ltda:

**Nome do Sócio Cotista Cotas de Participação**

Agostinho Galgani da Silva	55.500
José Francisco da Silva	4.500
<b>TOTAL DE COTAS</b>	<b>60.000</b>



Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992. Essa norma interna elenca uma série de informações e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, e que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 99, de 1996, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Franca do Imperador Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Salá das Comissões, 27 de agosto de 1997, – Senador **Joel de Hollanda**, (Vice-Presidente no exercício da Presidência) – Senador **João Rocha**, (Relator) – **Sebastião Rocha** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Abdias Nascimento** – **Coutinho Jorge** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Édison Lobão** – **Lauro Campos**, Abstenção – **Leomar Quintanilha** – **Esperidião Amin** – **Waldeck Ornelas** – **Jonas Pinheiro** – **Elcio Alvares**.

## PARECER Nº 466, DE 1997

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 1996 (nº 271, de 1996, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais".

Relator: Senadora Regina Assunção.

## I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 1996 (nº 271, de 1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão à Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 605, de 1994, o então Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 1994, que renova concessão para exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda.:

<u>Nome do Sócio Cotista</u>	<u>Cotas de Participação</u>
João Jorge Saad	32.313.600
Maria Helena Mendes de Barros Saad	547.800
Abdala Razuk	138.600
<b>TOTAL DE COTAS</b>	<b>33.000.000</b>

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Mendonça Bezerra, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992. Essa norma interna elenca uma série de informações e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Co-

municações, e que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 101, de 1996, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na nº 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1997.

– **Joel de Holanda**, (Vice-Presidente, no exercício da Presidência – **Regina Assumpção**, (Relatora) – **Emília Fernandes** – **Coutinho Jorge** – **Hugo Napoleão** – **Sebastião Rocha** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Lauro Campos**, abstenção – **Abdias Nascimento** – **Edison Lobão** – **Jonas Pinheiro** – **Leomar Quintanilha** – **Elcio Alvares** – **Esperidião Amim** – **Waldeck Ornelas**.

#### **PARECER Nº 467, DE 1997**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1996 (nº 401, de 1994, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo".**

**Relator: Senador Joel de Hollanda**

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1996 (nº 401, de 1994, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 555, de 1992, o então Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 135, de 13 de março de 1990, que renova permissão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Pioneira Ltda.:

<b>Nome do Sócio Cotista</b>	<b>Cotas de Participação</b>
Luiz Antônio Mazzucco	397.812
José Carlos Rodrigues de Arruda	198.906
Valdir Dionísio	66.302
<b>TOTAL DE COTAS</b>	<b>663.020</b>

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado José Teles, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Voto do Relator**

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução SF nº 39, de 1992. Essa norma interna elenca uma série de informações e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, e que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 106, de 1996, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução 39/92, ficando caracterizado que a empresa Rádio Pioneira Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1997. – Presidente eventual, **Abdias Nascimento** – Relator, **Joel de Hollanda** – **Emília Fernandes** – **Coutinho Jorge** – **Hugo Napoleão** – **Sebastião Rocha** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Lauro Campos**, abstenção – **Abdias Nascimento** – **Edison Lobão** – **Jonas Pinheiro** – **Leomar Quintanilha** – **Elcio Alvares** – **Esperidião Amin**.

## PARECER Nº 468, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as emendas de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996, que “modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.”

Relator: Senador BENI VERAS

### I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos dias 27/08 e 03/09, apreciou e deliberou sobre os destaques apresentados ao Parecer sobre as emendas apresentadas no Plenário do Senado Federal, que lhe foi submetido no dia 21/08.

Foram discutidos e votados os destaques apresentados, conforme quadro a seguir.

AUTOR	EMENDA OU DESTAQUE	ARTIGO REFERIDO	TIPO DE EMENDA	RESULTADO DA VOTAÇÃO
Sen. Eptácio Cafeteira	Expressão	40, § 12	Supressiva	Rejeitado
Sen. Josaphat Marinho	38	art. 37, § 7º	Modificativa	Aprovado
Sen. Jäder Barbalho	Dispositivo	art. 40, § 9º	Modificativa	Aprovado
Relator	16	art. 93, IV	Supressiva	Aprovado
Relator	25	art. 93, VI	Supressiva	Aprovado
Relator	60	art. 73, § 3º	Supressiva	Aprovado 7

AUTOR	EMENDA OU DESTAQUE	ARTIGO REFERIDO	TIPO DE EMENDA	RESULTADO DA VOTAÇÃO
Sen. José Eduardo Dutra	10	art. 40, §2º, III, "a"	Substitutiva	Rejeitado
Sen. José Eduardo Dutra	19	art. 201, I, § 7º	Modificativa	Rejeitado
Sen. José Eduardo Dutra	18	art. 201, I e § 10	Modificativa	Rejeitado
Sen. José Eduardo Dutra	21	art. 248	Aditiva	Rejeitado
Sen. José Eduardo Dutra	09	art. 18 da PEC	Modificativa	Rejeitado
Sen. José Eduardo Dutra	30	art. 201, § 1º	Aditiva	Rejeitado
Sen. Bello Parga	47	art. 3º da PEC	Modificativa	Rejeitado
Sen. Romeu Tuma	26	art. 100, § 3º	Aditiva	Acolhido pelo Relator
Sen. Roberto Freire	Expressão	Art. 201, I	Substitutiva	Acolhido pelo Relator
Sen. Roberto Freire	Expressão	art. 195, § 8º	Supressiva	Acolhido pelo Relator

Dos destaques apresentados, oito foram aprovados ou acolhidos pelo Relator e os restantes foram rejeitados ou retirados. Adicionalmente, o Plenário da Comissão recebeu uma correspondência do Relator (Ofício n.º 167/97, de 02.09.97, anexado ao Processado) com a proposta de ajuste no art. 40, § 12, e no art. 11, da PEC, para manter a organicidade da Proposta de Emenda Constitucional, em função da aprovação de destaque modificando um dispositivo correlato aos artigos mencionados. A Comissão discutiu e aprovou a proposta do Relator.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos na Comissão, cabe apresentar o seguinte resumo da situação das emendas apresentadas no Plenário do Senado Federal:

**Emendas Acolhidas:** 26, 27, 38, e 48;

**Emendas Acolhidas Parcialmente:** 02, 03, 04, 14, 23 e 42;

**Emendas de Redação:** 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62 (ficou prejudicada a emenda de número 60); e

**Emendas Rejeitadas:** 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49 e 50.

## II - VOTO DO RELATOR

Com base no resultado das reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresento a seguir a nova versão do Substitutivo, que no melhor de meu saber, acolhe as modificações emanadas das decisões tomadas no Plenário da Comissão.

## SUBSTITUTIVO

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 7º**.....

**XII** - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.

**XXXIII** - - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**“Art. 37**.....

**§ 7º** É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”

**“Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

**§ 1º** As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

**§ 2º** Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 4º, I e II:

**I** - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 3º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 4º Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão:

I - à totalidade dessa remuneração, no caso de ela ser igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

II - gradualmente, de setenta por cento à totalidade dessa remuneração, nos demais casos.

§ 5º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 7º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 4º.

§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e das pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 10. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 11. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 13. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 14. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 16. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 17. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 15 e 16 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar."



"Art. 42. ....

§ 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.

"Art. 73. ....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

"Art. 93. ....

VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40.

"Art. 100. ....

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado."

"Art. 114. ....

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir."

**"Art. 167.** .....

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

....."

**"Art. 194.** .....

Parágrafo único. ....

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, nos órgãos colegiados."

**"Art. 195.** .....

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

IV - sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar."

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei."

"Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo,

baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar específica.

§ 1º A lei complementar de que trata o *caput* assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º Lei complementar específica disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação."

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos nas Disposições Constitucionais Gerais:

"Art. 247. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que a conta do Tesouro Nacional, obedecerão ao disposto no art. 201, § 4º, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI."

"Art. 248. Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo."

**"Art. 249.** Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes das contribuições previstas no art. 40, § 1º, e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos."

**"Art. 250.** Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo."

**Art. 3º** Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

**§ 1º** Ficam mantidos todos os direitos e garantias assegurados nos dispositivos constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda, aos servidores inativos e pensionistas, civis e militares, anistiados e ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI.

**§ 2º** Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data de publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.

**§ 3º** Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º.

**§ 4º** O servidor de que trata o *caput* deste artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".

**Art. 4º** Observado o disposto no art. 40, § 11, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

**Art. 5º** O disposto no art. 202, § 3º, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação

desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.

Art. 6º As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 7º Os projetos das leis complementares previstas no art. 42, § 9º, e no art. 202 deverão ser apresentados ao Congresso Nacional, no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.

Art. 8º Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 4º, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, desde que, cumulativamente, o servidor:

I - tenha cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tenha cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia vir a obter de acordo com o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo, no que couber.

§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no *caput*, permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".

§ 6º Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no *caput* deste artigo, a lei a que se refere o art. 40, § 4º, ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, observará a remuneração percebida pelo servidor e o tempo de serviço prestado à data da publicação desta Emenda.

Art. 9º Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que tenha se filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, e que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos:

I - conte com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:



I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.

Art. 10. O regime de previdência complementar de que tratam os §§ 15, 16 e 17 do art. 40 somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 16 do mesmo artigo.

Art. 11. A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º, e aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o art. 40, § 12.

Art. 12. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 13. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda.

Art. 14. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a trezentos e sessenta reais, que até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 15. O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado no valor de um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 16. A contribuição social instituída pelo art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a denominar-se Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CMF, na forma prevista no art. 195, IV.

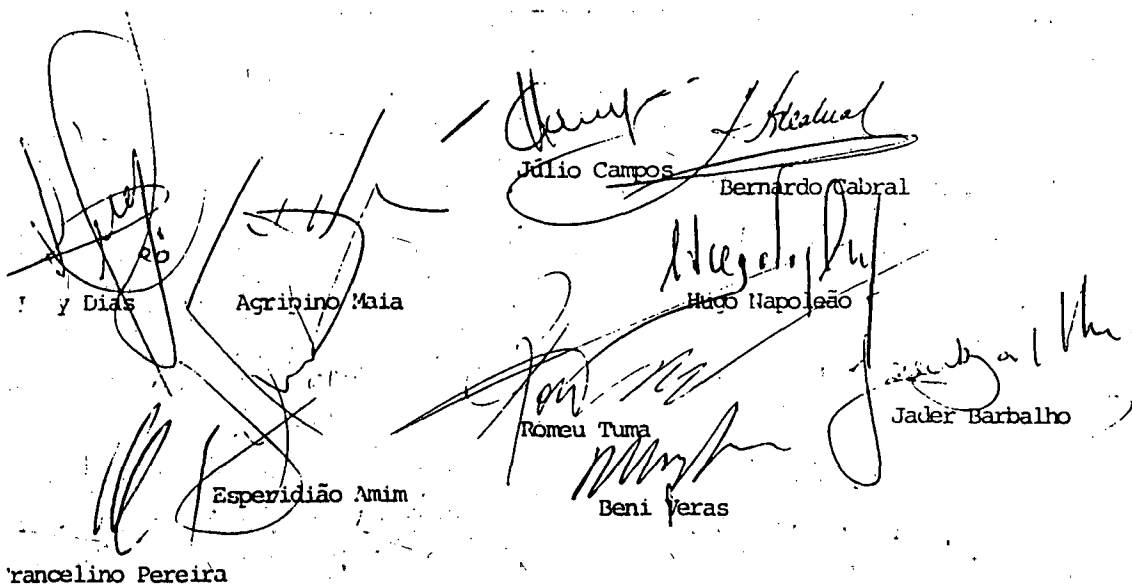
Parágrafo único. Fica prorrogada a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, até a entrada em vigor da lei que regulamentará a cobrança da contribuição social prevista no art. 195, inciso IV, destinada a sua arrecadação ao financiamento da Seguridade Social, a partir do final do prazo a que se refere o art. 74, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 17. Até que a Lei Complementar a que se refere o artigo 201, § 1º, seja publicada, permanece vigendo o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente na data da publicação desta Emenda e fica mantida a revogação da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, do Decreto-Lei nº 158, de 10 de fevereiro de 1967, da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, da Lei nº 5.939, de 19 de novembro de 1973, da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, da Lei nº 7.850, de 23 de outubro de 1989, e do art. 148 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 18. São suprimidos o art. 42, § 10 e o art. 153, § 2º, II.

Art. 19. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 1997

  
Y Dias      Agripino Maia      Júlio Campos      Bernardo Cabral      Hugo Napoleão      Jader Barbalho  
Esperidião Amin      Romeu Tuma      Beni Veras  
Francelino Pereira

Roberto Freire  
 Regina Assumpção  
 Jefferson Peres  
 Elcio Alvares  
 Renan Calheiros  
 Lúcio Alcântara  
 Sérgio Machado  
 José Fogaça  
 José Ignácio  
 Bello Parga  
 Antônio Carlos Valadares  
 Ney Suassuna  
 José Eduardo Dutra  
 Edison Lobão  
 Romero Jucá  
 Cacildo Maldaner  
 Roberto Arruda

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC 33/96

1.º Quarta sobre as Emendas de Tabela

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO				BELLO PARGA	X		
ROMEU TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO	X			VAGO			
JOSÉ FOGAÇA	X			NEY SUASSUNA	X		
ROBERTO REQUIÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SÉRGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	X			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)		X		ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)		X		MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN				LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA	X			LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 13 SIM 11 NÃO 02 ABS -

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/10/97

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Documentos anexados nos termos do art. 250, parágrafo único, do RISF.

**RELATÓRIO APRESENTADO PELO RELATOR NA  
REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA DO DIA 21/08/97**

Parecer sobre as emendas de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996, que “modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.”

**Relator: Senador BENI VERAS**

**I - RELATÓRIO**

Encaminho à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a nova versão do Substitutivo à PEC nº 33/96, elaborada com base nas emendas apresentadas no Plenário desta Casa.

Submeto à consideração desta Comissão o Parecer das Emendas de Plenário e o texto legal do Substitutivo, acompanhado de dois documentos auxiliares.

O primeiro documento tem a função de facilitar a compreensão das modificações efetuadas, apresentando o texto original e os dispositivos modificados, com indicação das alterações efetuadas. Também consta a referência ao número das emendas apresentadas pelos Senhores Senadores.

O segundo documento apresenta um quadro com o texto do Substitutivo, a proposta de alteração contida em cada uma das Emendas de Plenário, e a identificação do número da Emenda e seu primeiro signatário, tal como consta do Avulso.

## II - O PARECER DAS EMENDAS DE PLENÁRIO

A seguir é apresentado o parecer acerca de cada uma das 49 emendas apresentadas em Plenário pelos Senhores Senadores. Neste documento, estão listadas todas as emendas, com indicação do dispositivo a que se referem, número da emenda, ementa ou síntese de sua proposta, parecer dado pelo Relator e síntese da justificativa do referido parecer. Este quadro foi elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado, sob orientação direta do Relator.

### EMENDAS APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO À PEC Nº 33, DE 1996, APROVADO PELA CCJ

#### ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO ALTERADOS PELO SUBSTITUTIVO

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipa	Conteúdo	Pare- cer	Justificação
37, § 7º	31	Sen. Sebastião Rocha e outros	SB	Pretende permitir a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente de serviço público com remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargos em comissão.	R	A emenda não pode ser acatada pois vai em sentido contrário ao dos fundamentos e objetivos da reforma previdenciária. Registre-se, ademais, que o Supremo Tribunal Federal considera essa acumulação inconstitucional à luz do texto atual da Lei Maior.
37, § 7º	38	Sen. Ney Suassuna e outros	M	Ressalva os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração da proibição de acumulação com proventos de aposentadoria.	R	A exceção proposta não se justifica, desvirtuando a condução básica da matéria, que se orientou em só excetuar da proibição de acumulação os rendimentos cujo acúmulo já são constitucionalmente permitidos, como são os casos dos oriundos de cargos de professor, médico e cargos técnico ou científico (art. 37, XVI), bem como do exercício de mandato eletivo (art. 38).

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parâ- cer	Justificação
40. (novos disposi- tivos)	04	Sen. Carlos Patrocínio e outros	A	Insere dois parágrafos estabelecendo incentivo à permanência em serviço de servidores aptos a requererem aposentadoria. Tal incentivo, a ser regulamentado por lei, equivale a uma gratificação, não incorporada aos proventos, equivalente a 30% da remuneração do servidor.	AP	A nova redação do art. 3º do Substitutivo à PEC nº 33 incorpora, em um de seus parágrafos, a idéia de incentivar o servidor que complete os requisitos para requerer a aposentadoria a permanecer em atividade. A diferença é que tal incentivo se dá por intermédio da isenção de sua contribuição previdenciária.
40, § 1º e Art. 195, II.	11	Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros	M	Isenta os servidores (art. 40) e beneficiários do regime geral de previdência social (art. 195) das respectivas contribuições previdenciárias quando estiverem na condição de aposentados por invalidez.	R	A isenção proposta não encontra justificativa plausível. Embora se reconheça que os aposentados por invalidez gozam, em geral, de situação desprivilegiada diante de outros beneficiários, isso não justifica que se dispense a eles tratamento diferenciado.
40, § 2º, III, "a".	10	Sen. José Eduardo Dutra e outros	SB	A emenda altera o critério para concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, estabelecendo, ao invés da combinação entre tempo e idade, o mesmo tempo mínimo de contribuição combinado a critérios que considerem a idade e a remuneração do segurado, conforme dispuser a lei.	R	A consideração da renda do segurado constitui, realmente, fator relevante para concessão de aposentadoria antes de 65 anos de idade, se homem, ou de 60 anos, se mulher. Contudo, a aplicação de tal critério é inviável, tendo em vista a avançada estrutura burocrática, de informações e de fiscalização que teria que ser formada para implementá-lo. Assim, só é viável considerar a idade, como critério adicional, no contexto da concessão do benefício por tempo de contribuição.

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer	Justificação
40, § 2º, III, "a" e Art. 201, § 7º, I	39	Sen. Emilia Fernandes e outros	SP	Mantém a aposentadoria por tempo de serviço, conforme estabelecido na presente Carta. Ou seja, elimina o limite de idade e o conceito de "tempo de contribuição"	R	Essa emenda representa total retrocesso em todo o esforço que vem sendo empreendido rumo a maior equidade e justiça social, já que os principais beneficiários da atual aposentadoria por tempo de serviço são os trabalhadores pertencentes à elite de nossa sociedade, cujos benefícios são pagos pela imensa maioria dos trabalhadores brasileiros que não conseguem se habilitar a essa aposentadoria. Assim, a aposentadoria por tempo de serviço, além de representar significativo sumidouro de recursos no âmbito de nossa Seguridade Social, comprometendo sobremaneira seu essencial equilíbrio financeiro, é iniqua.
40, § 4º	32	Sen. Júnia Marise e outros	SB	A emenda tem o objetivo de manter a chamada paridade entre servidores ativos e inativos.	R	A emenda não pode ser acatada pois vai em sentido contrário aos fundamentos e objetivos da reforma previdenciária.
40, § 4º	40	Sen. Emilia Fernandes e outros	SP	Suprime o § 4º do art. 40, que trata do cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, estabelecendo uma redução gradual para os proventos acima do limite de benefícios do regime geral de previdência social.	R	A supressão proposta significa retrocesso no esforço de caminhar rumo ao equilíbrio das contas públicas, preservando a grande maioria dos servidores públicos, ou seja, todos aqueles que percebem rendimentos abaixo de R\$ 1200,00, e garantindo a continuidade da vinculação de reajustes entre ativos e inativos.

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Pará- grafo	Justificação
40, §§ 4º, 8º e 9º e Art. 201, <i>caput</i>	12	Sen. Jefferson Péres e outros	M	Prevê que lei complementar, ao invés de ordinária, passará a dispor sobre os proventos e as pensões dos servidores públicos, bem como de suas respectivas atualizações monetárias (§§ 4º, 8º e 9º). Além disso, estabelece, ainda, que o regime geral de previdência social também deverá ser regulamentado por lei complementar (art. 201).	R	Não há justificativa para alçar a "status" de lei complementar a regulamentação dos benefícios previdenciários dos servidores públicos em geral e dos segurados do regime geral de previdência social. Tal iniciativa redundaria em rigidez indesejada na determinação da matéria, que necessita de constantes aperfeiçoamentos passíveis de acompanhar as transformações no âmbito da sociedade.
40, § 6º	33	Sen. Júnia Marise e outros	M	A emenda pretende manter a aposentadoria especial para os professores de nível superior do ensino público.	R	A emenda não pode ser acatada pois vai em sentido contrário aos fundamentos e objetivos da reforma previdenciária, entre os quais se inclui o fim de privilégios injustificáveis.
40, § 6º e Art. 201, §8º	41	Sen. Emilia Fernandes e outros	M	Estabelece aposentadoria especial, ou seja, com redução de 5 anos dos limites de idade e de tempo de contribuição, para professores universitários servidores públicos (art. 40) e da iniciativa privada (art. 201).	R	A emenda significa conceder privilégio injustificado para professores que não têm o mesmo desgaste físico e psicológico dos colegas que desempenham suas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
40, § 8º	02	Sen. Regina Assump- ção e outros	SB	Estabelece que o valor da pensão não poderá ser inferior ao correspondente valor dos proventos do servidor, observada a mesma gradualidade estipulada no art. 40, § 4º.	AP	Acatamos as ponderações apresentadas no sentido de se evitar a possibilidade de uma queda muito expressiva no padrão de vida da família dos servidores falecidos. Assim sendo, estabelecemos que a pensão será igual aos proventos do servidor falecido ou, no caso



Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Pará- grafo	Justificação
						de servidor que continuava em atividade, aos proventos a que teria direito na data de seu falecimento.
40, § 8º	13	Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros	A	Explicita que se aplica a proporcionalidade do § 4º do art. 40, à pensão decorrente do falecimento de servidor, cuja remuneração ou provento seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios da Previdência.	R	O art. 40, § 4º, não prevê qualquer proporcionalidade no caso de servidores que percebem remuneração igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios da Previdência. Assim sendo, não há sentido na modificação pleiteada pela emenda em questão.
40, § 8º	14	Sen. Júnia Marise e outros	M	Estabelece que o valor da pensão por morte não será inferior aos proventos do servidor falecido, observado o disposto no art. 40, § 4º.	AP	Acatamos as ponderações apresentadas no sentido de se evitar a possibilidade de uma queda muito expressiva no padrão de vida da família dos servidores falecidos. Assim sendo, estabelecemos que a pensão será igual aos proventos do servidor falecido ou, no caso de servidor que continuava em atividade, aos proventos a que teria direito na data de seu falecimento.
40, § 8º	42	Sen. José Alves e outros	M	Tem o objetivo de estabelecer que a pensão por morte será igual aos proventos da aposentadoria do servidor falecido ou aos proventos que resultassem da aposentadoria no caso do servidor falecer em atividade.	A	Acatamos as ponderações apresentadas no sentido de se evitar a possibilidade de uma queda muito expressiva no padrão de vida da família dos servidores falecidos. Assim sendo, estabelecemos que a pensão será igual aos proventos do servidor falecido ou, no caso de servidor que continuava em atividade, aos proventos a que teria direito na data de seu falecimento.

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parce- cer	Justificação
40, § 9º	03	Sen. Júnia Marise e outros	M	Modifica a redação do dispositivo, sem alterar, no entanto, seu conteúdo.	AP	A emenda contribui para aperfeiçoar a redação do dispositivo, tendo sido, pois, aproveitada em sua nova redação.
42, § 9º	15	Sen. José Eduardo Dutra e outros	A	Estende aos militares, no que couber, alguns dos dispositivos referentes a aposentadoria e pensão dos servidores civis (contribuição, forma de cálculo do valor e reajuste, condições para a percepção dos benefícios).	R	As especificidades da carreira militar não permitem que se imponha a essa categoria as mesmas normas definidas para os servidores civis.
93, VI	05	Sen. Regina Assump- ção e outros	M	Estabelece que a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão a seus dependentes deverão refletir as peculiaridades profissionais da categoria, nos termos da Lei Complementar que trata do Estatuto da Magistratura.	AP	A nova redação conferida ao inciso, ao inserir a expressão "no que couber", reconhece que os membros da magistratura apresentam peculiaridades profissionais que tornam inadequada a aplicação de todos os dispositivos constantes do art. 40.
93, VI	16	Sen. Júnia Marise e outros	M	Explicita que somente no que couber a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40 (regras do servidor civil)	A	Aperfeiçoa o texto, evitando a interpretação de que os dispositivos referentes à aposentadoria e pensão dos servidores públicos civis se aplicam, todos e sem qualquer ajuste, aos membros da magistratura.
93, VI	24	Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros	M	Explicita que somente no que couber a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão	AP	Aperfeiçoa o texto, ao explicitar que somente no que couber a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Pre- cat	Justificação
				de seus dependentes observarão o disposto no art. 40 (regras para o servidor civil) e 248 (regras para o detentor de mandato eletivo).		disposto no art. 40 (regras para o servidor civil), pois evita a interpretação de que os dispositivos referentes à aposentadoria e pensão dos servidores públicos civis se aplicam, todos e sem qualquer ajuste, aos membros da magistratura. Por outro lado, não há como estender aos membros da magistratura as regras a serem estabelecidas em lei complementar para os detentores de mandato eletivo (art. 248), pois o aspecto da vitaliciedade ou transitoriedade do cargo tem grande influência na definição de direitos e deveres previdenciários.
93, VI	25	Sen. José Ignácio Ferreira e outros	M	Propõe nova redação para o inciso VI do art. 93 da CF com o intuito de deixar explícito que se aplicará o art. 40 às aposentadorias e pensões dos magistrados <u>no que couber</u>	A	A emenda aperfeiçoa o Substitutivo
167, X	17	Sen. José Eduardo Dutra e outros	M	Determina que as contribuições sociais do art. 195 só podem ser utilizadas para fins de pagamento de benefícios, custeio e financiamento da seguridade social.	R	O art. 195 já explicita que as contribuições sociais ali mencionadas se destinam ao financiamento da seguridade social. A redação dada ao art. 167, X, portanto, nada acrescenta ao que já dispõe o art. 195. Na justificação da emenda, argumenta-se que a redação adotada no substitutivo fortalece uma concepção que é contrária à definição de seguridade social.

Ata	Nº Enenda- da	Autor	Tipo	Conteúdo	Pará- grafo	Justificação
						<p>por especializar fontes de custeio da seguridade. É importante, no entanto, reconhecer as especificidades da previdência social, cujo caráter contributivo e garantia de um retorno de longo prazo aos contribuintes exigem que se dê grande ênfase ao equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Para tanto, há que se ter uma fonte específica de recursos destinada exclusivamente para o pagamento de benefícios, sendo a mais adequada a folha de salários e as demais bases relacionadas ao rendimento dos segurados, que mantêm uma relação mais direta com o salário-de-contribuição que serve de referência para a definição do valor dos benefícios a serem concedidos.</p>
195, I, b	43	Sen. Fernando Bezerra e outros	S	Pretende suprimir a contribuição social sobre a receita das empresas.	R	<p>Não obstante a justa preocupação do nobre autor quanto à onerosidade excessiva que as contribuições sociais podem representar para as empresas, o que se está estabelecendo é apenas a possibilidade de criação da contribuição social sobre a receita. A sua concretização e os termos em que poderá ocorrer dependem de regulamentação infraconstitucional, que deverá observar o princípio da razoabilidade, aplicando-se a contribuição em questão apenas quando couber. Assim, não</p>

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer	Justificação
						cremos que seja adequado afastar liminarmente a possibilidade de - em certas hipóteses - se estabelecer contribuição social sobre valores provenientes de receita.
195, IV	44	Sen. Fernando Bezerra e outros	S	Pretende suprimir a contribuição social sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.	R	A emenda não pode ser acatada pois a arrecadação proveniente da contribuição social em questão será fundamental para o equilíbrio das contas da previdência social bem como, de resto, para o equilíbrio das contas de toda a seguridade social.
201, § 1º e 11	45	Sen. Emília Fernandes e outros	A	Tem o objetivo de garantir, ao portador de deficiência, aposentadoria com proventos integrais aos trinta anos de serviço, se homem e aos vinte e cinco, se mulher.	R	Segundo nos parece, se a deficiência levar à inabilitação para o trabalho exercido seu portador deverá ser aposentado por invalidez (art.201, I). Caso contrário não haverá razão para a bonificação que se pretende adotar.
201, § 3º	27	Sen. José Eduardo Dutra e outros	A	Pretende estabelecer que todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente, bem como, que serão incorporados ao salário, para efeito de contribuição e repercussão em benefício, todos os ganhos habituais do empregado, na forma da lei	A	A primeira parte da emenda consta da redação proposta para o § 3º do art. 201. A segunda parte está sendo acatada conforme o § 11 que propomos seja acrescentado ao mesmo artigo.

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parágrafo	Justificação
201, § 7º, I	19	Sen. José Eduardo Dutra e outros	M	Define que a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição está condicionada a critérios que considerem, simultaneamente, idade e remuneração.	R	A motivação dessa emenda não poderia ser mais justa e correta. De fato, o ideal seria dar um tratamento diferenciado aos segurados em função de sua faixa de renda. No entanto, essa nova variável introduziria uma grande complexidade para a definição das regras do regime previdenciário, tornando-o difícil de operacionalizar e vulnerável a questionamentos diversos em função dos cortes que deveriam ser dados e das opções que a serem feitas para garantir a preservação do valor real dessa variável.
201, § 7º, II	28	Sen. Esperidião Amin e outros	M	Tem o objetivo de incluir o meeiro, o parceiro e o arrendatário entre os beneficiados pela aposentadoria especial que alcança o trabalhador e o produtor rural que exerce sua atividade em regime exclusivo de economia familiar.	R	O meeiro, o parceiro e o arrendatário rurais estão abrangidos pela aposentadoria especial em questão se forem também trabalhadores ou produtores rurais que exercem suas atividade em regime exclusivo de economia familiar. Caso contrário, não há razão para serem alcançados pelo benefício.
201, § 8º	34	Sen. Júnia Marise e outros	M	A emenda pretende manter a aposentadoria especial para os professores de nível superior do ensino privado.	R	A emenda não pode ser acatada pois vai em sentido contrário aos fundamentos e objetivos da reforma previdenciária, entre os quais se inclui o fim de privilégios injustificáveis.
201, I e § 10.	18	Sen. Gilberto Miranda e outros	M	Retira a menção à cobertura obrigatória pela Previdência Social, dos eventos decorrentes de acidente do trabalho e define que lei disporá sobre o seguro de	AP	No Brasil, a cobertura, dos eventos decorrentes de acidente do trabalho deve ser ampliada com a participação do setor privado, envolvendo os sindicatos, as cooperativas, os segurados e as entidades de

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Pare- cer	Justificação
				acidentes do trabalho, operado concorrentemente pela previdência social e pelas seguradoras privadas.		previdência privada. A participação da iniciativa privada é desejável, já estando prevista na redação adotada no substitutivo para o art. 201, § 10, a definição por lei do marco institucional e operacional desta atuação concorrente.
201 (§ novo)	29	Sen. Esperidião Amin e outros	M	Tem o objetivo de considerar como trabalhador rural, para fins de aposentadoria, o arrendatário, o parceiro e o meeiro que possuam até dois empregados, ainda que em caráter permanente.	R	O meeiro, o parceiro e o arrendatário rurais estão abrangidos pela aposentadoria especial em questão se forem também trabalhadores ou produtores rurais. Caso contrário, não há razão para serem alcançados pelo benefício.
201 (§ novo)	07	Sen. Antônio Carlos Valadares e outros	A	Adiciona parágrafo ao art. 201, de forma a determinar os tempos que devem ser reconhecidos como tempo de contribuição.	R	A emenda, além de apresentar alguns equívocos, como desconsiderar que o auxílio acidente é percebido concomitantemente com o salário, alça à Constituição matéria que pode e tem sido regulada por intermédio de legislação ordinária. Com efeito, atualmente, de todos os períodos de que trata a emenda, o único que não é passível de contagem como tempo de contribuição é o seguro-desemprego. Contudo, tal possibilidade pode ser concretizada por lei, desde que se estabeleça a respectiva contribuição durante o período de percepção do seguro-desemprego.

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Pará- grafos	Justificação
201	46	Sen. Emilia Fernandes e outros	A	Pretende estabelecer, para os beneficiários com oitenta anos de idade ou mais, adicional crescente no valor da aposentadoria e pensão.	R	Não obstante a justa preocupação da sua ilustre autora, a emenda em tela não pode ser acatada uma vez que um dos princípios adotados pela presente reforma previdenciária é o de que o inativo não deve perceber mais do que quando em atividade, o que poderia vir a ocorrer caso aprovada a proposição acessória ora sob análise.
248	21	Sen. José Eduardo Dutra e outros	A	Proíbe aos entes públicos a instituição e manutenção de regime de previdência pelo exercício de mandato eletivo. Extingue o IPC.	R	Não há por que negar aos detentores de mandato eletivo um regime previdenciário que leve em consideração as especificidades de seus cargos. A definição de uma lei complementar dispondo sobre as normas gerais que devem nortear esses regimes é adequada e pode criar parâmetros que assegurem a seriedade, transparência e rigor exigidos pela sociedade.
249 e 250	20	Sen. Ademir Andrade e outros	M	Redireciona os fundos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários para o pagamento de benefícios de assistência social, inclusive renda mínima.	R	A iniciativa demonstra uma grande preocupação social. No entanto, não se pode negar a necessidade de se tomarem providências urgentes e viáveis para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes previdenciários, tanto dos servidores públicos, quanto dos trabalhadores do setor privado. É preciso encontrar uma forma de garantir aos cidadãos que contribuíram durante toda a sua vida ativa a percepção da renda que esperam receber quando de



Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Part. car.	Justificação
						sua inatividade. Os fundos de ativos mencionados nos arts. 249 e 250, foram pensados para atender especificamente essa situação, sendo importante para alcançar os seus objetivos a canalização das contribuições dos próprios segurados para esses fundos. O bom desempenho desses fundos pode mesmo se mostrar imprescindível para que as contribuições sociais destinadas à seguridade social sejam suficientes para o atendimento adequado das áreas de assistência social, saúde e previdência.

**EMENDAS APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO À PEC Nº 33, DE 1996,  
APROVADO PELA CCJ**

**ARTIGOS DO SUBSTITUTIVO**

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Part. car.	Justificação
3º	08	Sen. Lucidio Portella e outros	M	Além da garantia de respeito ao direito adquirido à percepção de aposentadoria e pensão nas condições vigentes até a data da promulgação da emenda constitucional, adiciona-	R	A nova redação do art. 3º do Substitutivo à PEC, da forma como está estruturada, não deixa dúvida de que ficarão mantidos <u>todos</u> os direitos e garantias adquiridos até a data da promulgação da Emenda Constitucional, onde se inclui a

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Partido	Justificação
				se, explicitamente, a garantia de percepção de mais de uma aposentadoria aos que, até a mesma data, estejam nessa situação.		percepção de mais de um provento de aposentadoria.
3º	47	Sen. José Alves e outros	M	Assegura a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente na data da emenda, aos que cumpram os requisitos para obtê-las nos cinco anos seguintes à sua publicação.	R	O substitutivo trata de forma adequada os que já tiverem cumprido os requisitos para a percepção de benefício e os que ainda estão em processo de aquisição de direito. Seria, sem dúvida, injusto não tratar de modo diferenciado quem já se encontra próximo de poder se aposentar e quem está entrando agora no mercado de trabalho. A sistemática apresentada no substitutivo foi elaborada com muito rigor e contempla de forma apropriada e justa o tempo de serviço de quem já está vinculado a um regime previdenciário.
3º	48	Sen. José Bianco e outros	M	Explicita que quem tiver cumprido os requisitos para a percepção de aposentadoria ou pensão, até a data de publicação da emenda, poderá exercer esse direito a qualquer momento.	A	A emenda não altera a substância do art. 3º, mas tem um importante papel didático.
3º, 7º e 21	49	Sen. José Bianco e outros	M	Assegura a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente na data da emenda, aos que cumpram os requisitos para obtê-las no ano	R	O substitutivo trata de forma adequada os que já tiverem cumprido os requisitos para a percepção de benefício e os que ainda estão em processo de aquisição desse direito. Seria, sem dúvida, injusto não tratar de

Art.	N. Emenda	Autor	Tip.	Conteúdo	Parecer	Justificação
				seguinte à sua publicação. Define que o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º só se aplica a quem adquirir o direito a benefício após um ano da publicação da emenda. Explicita que os arts. 11 e 12 só vigorarão no prazo de um ano, a contar da publicação da emenda.		modo diferenciado quem já se encontra próximo de poder se aposentar e quem está entrando agora no mercado de trabalho. A sistemática apresentada no substitutivo foi elaborada com muito rigor e contempla de forma apropriada e justa o tempo de serviço de quem já está vinculado a um regime previdenciário.
11, § 6º	22	Sen. Elcio Álvares e outros	SP	Suprime o dispositivo que determina que, para quem já é servidor público, a gradualidade a que se refere o art. 40, § 4º, II, deve levar em consideração o tempo de contribuição já cumprido pelo servidor.	R	A supressão do § 6º do art. 11 vai de encontro ao sistema de regras de transição adotado pelo Substitutivo ora em discussão, que procura levar em conta as expectativas de direito dos segurados.
18	09	Sen. José Eduardo Dutra e outros	M	Ao invés de um valor monetário para o limite máximo de benefícios, estabelece que os limites máximos de contribuição e de benefícios corresponderão a 10 vezes o piso de benefícios da Previdência Social.	R	Embora se reconheça que o estabelecimento de um valor monetário não é muito adequado no escopo de um texto constitucional, essa opção é melhor do que fixar que o limite superior dos benefícios corresponderá a 10 vezes seu piso. Isso porque, a rígida fixação da relação entre os valores mínimo e máximo tenderá, a longo prazo, a dificultar uma política mais agressiva de recuperação do salário mínimo, que corresponde ao piso de benefícios previdenciários. Tal dificuldade decorre do fato de que, se válida a relação mencionada, essa

Art.	N. Emen- da	Autor	Tipo	Conteúdo	Pare- cer	Justificativa
						recuperação do salário mínimo acabará aumentando sobremaneira os benefícios mais elevados, o que comprometerá o necessário equilíbrio financeiro da Previdência Social. Vale ressaltar, ademais, que a grande maioria de beneficiários da Previdência situam-se próximos ao piso de benefícios, devendo, pois, constituir o alvo primordial de uma política de melhoria do valor dos benefícios.
19	50	Sen. Fernando Bezerra e outros	SP	Suprime o art. que se refere à CMF (substituta da CPMF).	R	A CPMF já demonstrou que é uma contribuição possível e aceitável e que significa um acréscimo importante de recursos para a seguridade social. Assim sendo, não há por que eliminar essa contribuição.
20	37	Sen. Ney Suassuna e outros	M	Suprime a revogação do inciso II do § 2º do art. 153 da Constituição, que estabelece a não incidência do imposto de renda sobre rendimentos de aposentadoria e pensão aos maiores de 65 anos, cuja renda seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.	R	A justificação básica apresentada para a supressão da matéria é a de que ela não tem relação com a PEC nº 33/96. Contudo, isso não é verdade, posto que trata de imunidade tributária sobre rendimentos previdenciários, ou seja, oriundos de aposentadorias e pensões pagos pela previdência social da União, dos Estados, do DF e dos Municípios. Além disso, cabe informar que a permanência do dispositivo em questão só beneficia uma parcela reduzida da população, ou seja, aqueles que auferem rendimentos previdenciários acima do limite de isenção do imposto de renda.

## EMENDAS APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO À PEC Nº 33, DE 1996, APROVADO PELA CCJ

### ARTIGOS NOVOS

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer	Justificação
FPM para pagar dívidas junto ao INSS (Art. 160 e adição de art. no ADCT )	06	Sen. Carlos Patrocínio e outros	A	A inclusão de novo parágrafo no art. 160 destina-se a estabelecer o recolhimento automático, pela União, de até 9% da parcela do município no FPM para pagamento da respectiva dívida junto ao INSS. A adição de artigo no ADCT visa, por sua vez, possibilitar que essas dívidas municipais vencidas até fev/97 sejam convertidas em obras sociais, sob fiscalização do INSS.	R	A proposta de vincular até 9% da participação do município no FPM não é o meio mais adequado para solucionar o problema vinculado à inadimplência dos municípios junto ao INSS, na medida em que se insere mais uma vinculação no âmbito da Constituição. De forma similar, a proposição de converter as dívidas de cada município com o INSS, vencidas até fev/97, em obras públicas não é recomendável, pois tais obras estritamente municipais acabarão sendo financiadas pela União.
Precatórios (art. 100, § 3º - adição)	26	Sen. Carlos Wilson e outros	A	Propõe que seja permitido o pagamento de obrigações de pequeno valor da Fazenda Pública independente de precatório.	R	E de difícil operacionalidade e de difícil controle o pagamento de obrigações da Fazenda Pública sem precatório - e por consequência - sem previsão orçamentária.
Aposentadorias especiais	23	Sen. Elcio Alvares e outros	A	Restabelece, com modificações, o dispositivo (art. 19) que constava do substitutivo	AP	Acatamos o argumento apresentado de que é importante a inclusão de dispositivo explicitando quais as aposentadorias especiais que devem ser revogadas em função das

Art.	Nº Emenda	Autor	Tipo	Conteúdo	Parâmetro	Justificação
				apresentado pelo relator a CCJ, dispondo sobre a revogação de dispositivos sobre aposentadorias especiais.		alterações que estão sendo introduzidas na Carta Magna. No entanto, para dar consistência a essa proposta de reforma, tornando-a imune a qualquer imprevisto na transformação em lei da MP nº 1.523, que revoga legislações referentes a aposentadorias especiais, consideramos indispensável explicitar quais as leis cuja revogação deve ser mantida e quais os dispositivos que continuam em vigor.
Prazo para a entrada em vigor de dispositivos	30	Sen. José Eduardo Dutra e outros	A	Pretende assegurar a concessão de aposentadoria especial ou pensão por morte nas condições previstas na legislação vigente até a entrada em vigor da lei complementar pertinente.	AP	A emenda em tela não pode ser acatada em sua forma, uma vez que consideramos indispensável explicitar quais as leis cuja revogação deve ser mantida e quais os dispositivos que continuam em vigor.
Previdência Parlamentar (53, § 8º)	35	Sen. José Roberto Arruda e outros	A	Tem o objetivo de permitir aos Deputados e Senadores continuarem vinculados ao respectivo regime de previdência de sua atividade profissional, desde que recolham as contribuições devidas e não optem pela vinculação ao	R	O Substitutivo ora em discussão remete para a lei complementar o debate sobre as normas previdenciárias aplicáveis ao parlamentar. Ademais, registre-se que a Constituição Federal, em seu art. 38, IV e V, já estabelece que o servidor público detentor de mandato eletivo continua vinculado ao respectivo regime previdenciário.

Art.	Nº Emenda	Autor	Epis	Conteúdo	Parecer	Justificação
				Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC		
Reajuste de benefícios	36	Sen. José Roberto Arruda e outros	A	Propõe que até a promulgação da lei que vai tratar do reajuste das aposentadorias e pensões dos servidores públicos, esse reajuste seja feito observando-se a média aritmética das variações do IPC-FIPE; IPCAE-IBGE e IGMP-FGV.	R	Não obstante os seus elogiáveis propósitos a emenda não pode ser acatada pois implica indexação que não cabe em texto constitucional.

**Legendas:**

Tipo: SP = emenda supressiva; SB = emenda substitutiva; M = emenda modificativa; A = emenda aditiva; SG = substitutivo global; ER = emenda de redação.

Parecer: A = acolhida; AP = acolhida parcialmente; R = rejeitada.

**III - VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, a seguir apresento a nova versão do Substitutivo, com o acolhimento de 04 emendas, com o acolhimento parcial de 10 emendas e com a rejeição de 35 emendas. Para adequação do texto do Substitutivo, após a análise das emendas de Plenário, foram apresentadas 12 emendas de redação que se encontram no final deste documento.

**Emendas rejeitadas:**

06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49 e 50; 17

Emendas acolhidas parcialmente:

02, 03, 04, 05, 14, 18, 23, 24, 30 e 42;

Emendas acolhidas:

16, 25, 27 e 48;

Emendas de Redação

51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62.

**IV – O SUBSTITUTIVO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 33  
(SUBSTITUTIVO), DE 1996**

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.



XXXIII - - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

“Art. 37

§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição e os cargos eletivos.”

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 2º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 4º, I e II:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 3º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 4º Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão:

I - à totalidade dessa remuneração, no caso de ela ser igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

II - gradualmente, de setenta por cento à totalidade dessa remuneração, nos demais casos.

§ 5º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 7º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 4º.

§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou

reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 10. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 11. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição e de cargo eletivo.

§ 13. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 14. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 16. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 17. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 15 e 16 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar."

"Art. 42.

§ 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.

“Art. 73.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, no que couber, as normas constantes do art. 40.

“Art. 93.

VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, no que couber.

“Art. 114.

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, “a”, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.”

“Art. 167.

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, “a”, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

“Art. 194.

## Parágrafo único.

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, nos órgãos colegiados."

## Art. 195.

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

IV - sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os

Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar."

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

“Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar específica.

§ 1º A lei complementar de que trata o *caput* assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade

de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º Lei complementar específica disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação."

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos nas Disposições Constitucionais Gerais:

"Art. 247. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que a conta do Tesouro Nacional, obedecerão ao disposto no art. 201, § 4º, e os não sujeitos ao limite de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI."

"Art. 248. Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo."

"Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes das contribuições previstas no art. 40, § 1º, e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos."

"Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo."



Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

§ 1º Ficam mantidos todos os direitos e garantias assegurados nos dispositivos constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda, aos servidores inativos e pensionistas, civis e militares, anistiados e ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data de publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.

§ 3º Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º.

§ 4º O servidor de que trata o *caput* deste artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".

Art. 4º Observado o disposto no art. 40, § 11, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 5º O disposto no art. 202, § 3º, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.

Art. 6º As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 7º Os projetos das leis complementares previstas no art. 42, § 9º, e no art. 202 deverão ser apresentados ao Congresso Nacional, no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.

Art. 8º Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 4º, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, desde que, cumulativamente, o servidor:

I - tenha cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tenha cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia vir a obter de acordo com o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo, no que couber.

§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, em tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no *caput*, permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".

§ 6º Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no *caput* deste artigo, a lei a que se refere o art. 40, § 4º, ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, observará a remuneração percebida pelo servidor e o tempo de serviço prestado à data da publicação desta Emenda.

Art. 9º Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que tenha se filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, e que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos:

I - conte com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.

Art. 10. O regime de previdência complementar de que tratam os §§ 15, 16 e 17 do art. 40 somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 16 do mesmo artigo.

Art. 11. A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º, e aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o art. 40, § 12.

Art. 12. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 13. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda.

Art. 14. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a trezentos e sessenta reais, que até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 15. O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado no valor de um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 16. A contribuição social instituída pelo art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a denominar-se Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CMF, na forma prevista no art. 195, IV.

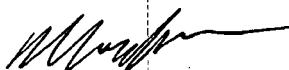
Parágrafo único. Fica prorrogada a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, até a entrada em vigor da lei que regulamentará a cobrança da contribuição social prevista no art. 195, inciso IV, destinada a sua arrecadação ao financiamento da Seguridade Social, a partir do final do prazo a que se refere o art. 74, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 17. Até que a Lei Complementar a que se refere o artigo 201, § 1º, seja publicada, permanece vigendo o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente na data da publicação desta Emenda e fica mantida a revogação da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, do Decreto-Lei nº 158, de 10 de fevereiro de 1967, da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, da Lei nº 5.939, de 19 de novembro de 1973, da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, da Lei nº 7.850, de 23 de outubro de 1989, e do art. 148 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 18. São suprimidos o art. 42, § 10 e o art. 153, § 2º, II.

Art. 19. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



Senador BENI VERAS  
Relator

## V - QUADRO COMPARATIVO DAS MODIFICAÇÕES

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quadro Comparativo das Modificações após a Discussão em Plenário

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:		
Art. 7º. XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.		
XXXIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.	<u>XXXIII</u> - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre <u>a</u> menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.	Emenda de Redação nº 59
Art. 37 § 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição e os cargos eletivos.		- Emenda nº 31 - Sen. Sebastião Rocha e outros  - Emenda nº 38 - Sen. Ney Suassuna e outros  Rejeitadas

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas, suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.		
§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite <u>máximo</u> estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	- Emenda nº 11 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros  Rejeitada  - Emenda de Redação nº 51
§ 2º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo, serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 4º, I e II:		- Emenda de Redação nº 62
I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;		
II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:		
a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;		- Emenda nº 10 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  - Emenda nº 39 - Sen. Emilia Fernandes e outros  Rejeitadas
b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.		
§ 3º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.		
§ 4º Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão:		- Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Péres e outros - Emenda nº 32 - Sen. Júnia Marise e outros - Emenda nº 40 - Sen. Emilia Fernandes e outros  Rejeitadas
I - à totalidade dessa remuneração, no caso de ela ser igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;	I - à totalidade dessa remuneração, no caso de ela ser igual ou inferior ao limite <u>máximo</u> estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;	- Emenda de Redação nº 51



Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
II - gradualmente, de setenta por cento à totalidade dessa remuneração, nos demais casos.		
§ 5º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.		
§ 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.		<p>- Emenda nº 33 - Sen. Júnia Marise e outros</p> <p>- Emenda nº 41 - Sen. Emilia Fernandes e outros</p> <p>Rejeitadas</p>
§ 7º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.		
§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento de servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime.	§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 4º.	<p>- Emenda nº 42 - Sen. José Alves e outros</p> <p>- Emenda nº 2 - Sen. Regina Assumpção e outros</p> <p>- Emenda nº 14 - Sen. Júnia Marise e outros</p> <p>Acolhidas na forma do Substitutivo.</p>

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
		- Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Péres e outros - Emenda nº 13 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros Rejeitadas
§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e das pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que <u>houver modificação</u> da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e <u>as</u> pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que <u>se modificar a</u> remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens <u>posteriormente</u> concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.	- Emenda nº 3 - Sen. Júnia Marise e outros Acolhida na forma do Substitutivo. - Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Peres e outros - Emenda nº 36 - Sen. José Roberto Arruda e outros (regra de transição) Rejeitadas Emenda de redação nº 52
§ 10. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.		
§ 11. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.		
§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social.	§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, <u>e ao montante resultante da adição de</u>	- Emenda de Redação nº 53 (Resultante da integração do § 18, aprovado na CCJ, com o § 12, para evitar repetição de dispositivos.)

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
	<u>proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição e de cargo eletivo.</u>	10
§ 13. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.		
§ 14. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.		
§ 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	§ 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite <u>máximo</u> estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	- Emenda de Redação nº 51
§ 16. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
§ 17. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 15 e 16 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.		
§ 18. Aplica-se o limite fixado no art. 37, inciso XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição aos proventos de inatividade de remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração e cargos eletivos.	(Suprimir)	- Emenda de Redação nº 53
Art. 42 § 9º. Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.		- Emenda nº 15 - Sen. José Eduardo Dutra e outros.  Rejeitada
Art. 53 § 8º (inexistente)		- Emenda nº 35 - Sen. José Roberto Arruda e outros  Rejeitada
Art. 73. § 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.	§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, <u>no que couber</u> , as normas constantes do art. 40.	- Emenda de Redação nº 60  (Para compatibilizar, por uma questão de isonomia, com a alteração feita no art. 93, inciso VI.)

Texto do Substitutivo Discutido -no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 93. VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40.	VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, <u>no que couber.</u>	- Emenda nº 25 - Sen. José Ignácio Ferreira e outros - Emenda nº 16 - Sen. Júnia Marise e outros  Acolhidas
		- Emenda nº 5 - Sen. Regina Assumpção e outros - Emenda nº 24 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros  Acolhidas na forma do Substitutivo
Art. 100 § 3º (inexistente)		- Emenda nº 26 - Sen. Carlos Wilson e outros  Rejeitada
Art. 114. § 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.		
Art. 160  § 2º (inexistente)		- Emenda nº 6 - Sen. Carlos Patrocínio e outros  Rejeitada
Art. 167. X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.		- Emenda nº 17 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Rejeitada

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 194. Parágrafo único. VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, nos órgãos colegiados.		
Art. 195. I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:		
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;		
b) a receita ou o faturamento;		- Emenda nº 43 - Sen. Fernando Bezerra e outros  Rejeitada
c) o lucro;		
II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;		- Emenda nº 11 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros  Rejeitada
IV - sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.		- Emenda nº 44 - Sen. Fernando Bezerra e outros  Rejeitada
§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.		
§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do <i>caput</i> deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.		
§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.		
§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.		
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:		- Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Peres e outros  Rejeitada
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, <u>incluídos os resultantes de acidentes do trabalho</u> , e idade avançada;	I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;	- Emenda nº 18 - Sen. Gilberto Miranda e outros  Acolhida
II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;		
III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;		
V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º deste artigo		
§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.		- Emenda nº 45 - Sen. Emília Fernandes e outros  Rejeitada
§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.		
§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.		
§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.		
§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.		
§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.		



Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:		
I - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e		<p>- Emenda nº 19 - Sen. José Eduardo Dutra e outros</p> <p>- Emenda nº 39 - Sen. Emilia Fernandes e outros</p> <p>Rejeitadas</p>
II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.		<p>- Emenda nº 28 - Sen. Espiridião Amin e outros</p> <p>Rejeitada</p>
§ 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.		<p>- Emenda nº 34 - Sen. Júnia Marise e outros</p> <p>- Emenda nº 41 - Sen. Emilia Fernandes e outros</p> <p>Rejeitadas</p>
§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
§ 10. <u>Lei disciplinará a participação do regime geral de previdência social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente do trabalho.</u>	§ 10. <u>Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.</u>	- Emenda nº 18 - Sen. Gilberto Miranda e outros  Acolhida na forma do Substitutivo
§ 11. (inexistente)	§ 11. <u>Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.</u>	- Emenda nº 27 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Acolhida na forma do Substitutivo (Vide art. 201, § 11.)
Inexistente (proposta de criação de parágrafo adicional)		- Emenda nº 7 - Sen. Antonio Carlos Valadares e outros - Emenda nº 29 - Sen. Esperidião Amin e outros - Emenda nº 46 - Sen. Emilia Fernandes e outros  Rejeitadas
Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar específica.		
§ 1º A lei complementar de que trata o caput assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
§ 2º. As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.		
§ 3º. É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.		
§ 4º. Lei complementar específica disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.		
§ 5º. A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.		
§ 6º. A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.		
Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos nas Disposições Constitucionais Gerais:		
Art. 247. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que a conta do Tesouro Nacional, obedecerão ao disposto no art. 201, § 4º, e os não sujeitos ao limite de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.		
Art. 248. Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo.		- Emenda nº 21 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Rejeitada
Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes das contribuições previstas no art. 40, § 1º, e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.		- Emenda nº 20 - Sen. Ademir Andrade e outros  Rejeitada
Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em		- Emenda nº 20 - Sen. Ademir Andrade e outros

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo.		Rejeitada
Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.	Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, <u>a qualquer tempo</u> , nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.	- Emenda nº 48 - Sen. José Bianco e outros  Acolhida na forma do Substitutivo  - Emenda nº 8 - Sen. Lucidio Portella e outros - Emenda nº 47 - Sen. José Alves e outros
		Rejeitadas
Art. 4º Observado o disposto no art. 40, § 11, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.		
Art. 5º Ficam mantidos todos os direitos e garantias assegurados nos dispositivos constitucionais vigentes à data de promulgação desta Emenda, aos servidores inativos e pensionistas, civis e militares, anistiados e ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI.	Art. 3.  <u>§ 1º</u> Ficam mantidos todos os direitos e garantias assegurados nos dispositivos constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda, aos servidores inativos e pensionistas, civis e militares, anistiados e ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI.	- Emenda de Redação nº 54  (Transformação do art. 5º em § 1º do art. 3º, sem alteração de texto.)

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 6º Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data de publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.	Art. 3º <u>§ 2º</u> Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data de publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.	- Emenda de Redação nº 54 (Transformação do art. 6º em § 2º do art. 3º, sem alteração de texto.)
Art. 7º Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º.	Art. 3º <u>§ 3º</u> Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º.	- Emenda de Redação nº 54 (Transformação do art. 75º em § 3º do art. 3º, sem alteração de texto.)  - Emenda nº 49 - Sen. José Bianco e outros  Rejeitada
Inexistente	Art. 3º <u>§ 4º O servidor de que trata o caput deste artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".</u>	- Emenda nº 4 - Sen. Carlos Patrocínio e outros  Acolhida parcialmente na forma do Substitutivo (Vide art. 3º, § 4º)
Art. 8º O disposto no art. 202, § 3º, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.	<u>Art. 5º</u>	(Alterar a numeração.)

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 9º. As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuariamente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.	<u>Art 6º</u>	(Alterar a numeração.)
Art. 10. Os projetos das leis complementares previstas no art. 42, § 9º, e no art. 202 deverão ser apresentados ao Congresso Nacional, no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.	<u>Art 7º</u>	(Alterar a numeração.)
Art. 11. Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Entenda, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 4º, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, desde que, cumulativamente, o servidor:	<u>Art 8º</u>	(Alterar a numeração.)
I - tenha cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;		
II - tenha cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
III - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:		
a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e		
b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.		
§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II do <i>caput</i> , e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:		
I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:		
a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e		
b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;		
II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia vir a obter de acordo com o <i>caput</i> , acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.		
§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo, no que couber.		



Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.		
§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no <i>caput</i> , desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, terá esse tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.	§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no <i>caput</i> , <u>terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher</u> , desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.	- Emenda de Redação nº 55
§ 5º O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no <i>caput</i> , permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".		
§ 6º Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no <i>caput</i> deste artigo, a lei a que se refere o § 4º, do artigo 40, ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, <u>considerará a proporcionalidade</u> de	§ 6º Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no <i>caput</i> deste artigo, a lei a que se refere <u>o art. 40, § 4º</u> , ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, <u>observará a</u>	- Emenda nº 22 - Sen. Elcio Alvares e outros  Rejeitada

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
remuneração percebida pelo servidor e o tempo prestado à data da <u>promulgação</u> desta Emenda.	remuneração percebida pelo servidor e o tempo de <u>serviço</u> prestado à data da <u>publicação</u> desta Emenda.	-Emenda de Redação nº 61
Art. 12. Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que tenha se filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação, desta Emenda, e que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos:	<u>Art 9º</u>	(Alterar a numeração.)
I - conte com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e		
II - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:		
a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e		
b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.		
§ 1º O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do <i>caput</i> , e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:		
I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:		

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e		
b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;		
II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o <u>caput</u> , acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.		
§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério pode aposentar-se na forma do disposto no <u>caput</u> , desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério, sendo o tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.	§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério <u>e que opte por</u> aposentar-se na forma do disposto no <u>caput</u> , <u>terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher</u> , desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.	-Emenda de Redação nº 55
Art. 13. O regime de previdência complementar de que tratam os §§ 15, 16 e 17 do art. 40 somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 16 do mesmo artigo.	<u>Art. 10</u>	(Alterar a numeração.)

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
Art. 14. A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º.	<u>Art. 11.</u> A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º, <u>e aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o art. 40, § 12.</u>	(Alterar a numeração.)  - Emenda de Redação n 56º
Art. 15. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.	<u>Art. 12</u>	(Alterar a numeração.)
Art. 16. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda.	<u>Art. 13</u>	(Alterar a numeração.)
Art. 17. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a trezentos e sessenta reais, que até a publicação	<u>Art 14</u>	(Alterar a numeração.)

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.		
Art. 18. O limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado no valor de um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	<b>Art. 15.</b> O limite máximo para <u>o valor dos</u> benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado em um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, <u>atualizado</u> pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	(Alterar a numeração.)  - Emenda nº 9 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Rejeitada  Emenda de Redação nº 57
Art. 19. A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira (CPMF) de que trata o art. 74, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, esgotado o prazo estipulado no § 4º, destinar-se-á integral e permanentemente ao financiamento da Seguridade Social.	<b>Art. 16.</b> A contribuição social instituída pelo art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a denominar-se Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CMF, na forma prevista no art. 195, IV.	(Alterar a numeração.)  - Emenda nº 50 - Sen. Fernando Bezerra e outros  Rejeitada  Emenda de Redação nº 58
Parágrafo único. A contribuição deste artigo denominar-se-á Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CMF).	Parágrafo único. <u>Fica prorrogada a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, até a entrada em vigor da lei que regulamentar a cobrança da contribuição social prevista no art. 195, inciso IV, destinada a sua arrecadação ao financiamento da Seguridade Social, a partir do final do prazo a que se refere o art. 74, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</u>	Emenda de Redação nº 58

Texto do Substitutivo Discutido no Plenário	Modificações	Emendas
(art. 19, da versão anterior do Substitutivo)	<u>Art. 17. Até que a Lei Complementar a que se refere o artigo 201, § 1º, seja publicada, permanece vigendo o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente na data da publicação desta Emenda, e fica mantida a revogação da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, do Decreto-Lei nº 158, de 10 de fevereiro de 1967, da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, da Lei nº 5.939, de 19 de novembro de 1973, da Lei nº 6.903, de 30 de abril de 1981, da Lei nº 7.850, de 23 de outubro de 1989, e do art. 148 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</u>	(Alterar a numeração do artigo.)  - Emenda nº 23 - Sen. Elcio Alvares e outros - Emenda nº 30 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Acolhidas na forma do Substitutivo.
Art. 20 São suprimidos o § 10 do art. 42, § 10, e o art. 153, § 2º, II.	<u>Art 18º São suprimidos o art. 42, § 10 e o art. 153, § 2, II.</u>	(Alterar a numeração.)  - Emenda nº 37 - Sen. Ney Suassuna e outros  Rejeitada  Emenda de Redação nº 62
Art. 21. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.	<u>Art 19</u>	(Alterar a numeração.)  - Emenda nº 49 - Sen José Bianco e outros  Rejeitada

# VI - EMENDAS DE PLENÁRIO SEGUNDO O DISPOSITIVO A QUE SE REFEREM

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
<p>Art. 37</p> <p>§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição e os cargos eletivos."</p>	<p>Art. 37</p> <p>§ 7º É permitida até o limite fixado no Art. 37 Inciso XI a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do Art. 40 ou do Art. 42 com remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.</p>	<p>Emenda nº 31 - Sen. Sebastião Rocha e outros</p> <p>Rejeitada</p>
<p>Art. 37</p> <p>§ 7º</p>	<p>Art. 37</p> <p>§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.</p>	<p>Emenda nº 38 - Sen. Ney Suassuna e outros</p> <p>Rejeitada</p>
<p>Art. 40</p> <p>§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.</p>	<p>Art. 40</p> <p>§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria por invalidez e aposentadoria e pensão igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.</p>	<p>Emenda nº 11 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros</p> <p>Rejeitada</p>

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
Art. 40 § 2º III a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;	Art. 40 § 2º III a) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta, se mulher, com a concessão do benefício condicionada à observância do disposto no § 4º e a critérios - que considerem, simultaneamente, a idade e remuneração do segurado, conforme dispuser a lei;	Emenda nº 10 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Rejeitada
Art. 40 § 2º III a)	Art. 40 § 2º III a) trinta e cinco anos de serviço, se homem, e trinta, se mulher;	Emenda nº 39 - Sen. Emilia Fernandes e outros  Rejeitada
Art. 40  § 4º Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão:	Art. 40  § 4º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei complementar, corresponderão.	Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Péres e outros  Rejeitada
Art. 40  § 4	Art. 40  § 4º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão serão calculados com base na totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e na forma da lei.	Emenda nº 32 - Sen. Júnia Marise e outros  Rejeitada
Art. 40  § 4	Art. 40 § 4º Suprima-se, no art. 1º do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça à PEC nº 33, de 1996, o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, renumerando-se os parágrafos seguintes.	Emenda nº 40 - Sen. Emilia Fernandes e outros  Rejeitada



Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
Art. 40  § 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	Art. 40  § 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior.	Emenda nº 33 - Sen. Júnia Marise e outros  Rejeitada
Art. 40	Art. 40	Emenda nº 41 - Sen. Emilia Fernandes e outros
§ 6º	§ 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, médio e superior.	Rejeitada
Art. 40  § 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento de servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime.	Art. 40  § 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que não será inferior ao valor correspondente aos proventos do servidor, observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo.	Emenda nº 2 - Sen. Regina Assumpção e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 40, § 8º)
Art. 40  § 8º	Art. 40  § 8º Lei <u>complementar</u> disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento de servidor cuja remuneração ou proventos seja	Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Péres e outros  Rejeitada

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime.	
Art. 40 § 8º	Art. 40  § 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento do servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime e no § 4º deste artigo.	Emenda nº 13 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros  Rejeitada
Art. 40 § 8º	Art. 40  § 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que não será inferior ao valor correspondente aos proventos do servidor observado o disposto no § 4º deste artigo.	Emenda nº 14 - Sen. Júnia Marise e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 40, § 8º)
Art. 40 § 8º	Art. 40  § 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao provento da aposentadoria do servidor falecido ou, no caso do servidor falecer em atividade, ao valor que resultasse da aposentadoria no respectivo cargo.	Emenda nº 42 - Sen. José Alves e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 40, § 8º)

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
<p>Art. 40</p> <p>§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e das pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.</p>	<p>Art. 40</p> <p>§ 9º</p> <p>“Art. - As aposentadorias e pensões concedidas aos funcionários públicos serão ajustadas na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, ainda que decorrentes de concessão de gratificação ou de reclassificação e transformação de cargos ou função, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.”</p>	<p>Emenda nº 3 - Sen. Júnia Marise e outros</p> <p>Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 40, § 9º)</p>
<p>Art. 40</p> <p>§ 9º</p>	<p>Art. 40</p> <p>§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, lei complementar disciplinará o reajustamento dos proventos de aposentadoria e das pensões, que serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.</p>	<p>Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Peres e outros</p> <p>Rejeitada</p>
<p>Art 40</p> <p><u>Inexistente</u></p>	<p>Art. 40</p> <p>§ 17 O servidor efetivo poderá permanecer em exercício, após completar a idade e o tempo mínimo de contribuição exigidos para aposentadoria voluntária, consideradas</p>	<p>Emenda nº 4 - Sen. Carlos Patrocínio e outros</p> <p>Acolhido na forma do Substitutivo (Vide art. 3º, § 3º)</p>

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	as especificações constantes do § 18 deste artigo, acrescida a remuneração em 30% (trinta por cento), a título de gratificação, a qual não será incorporada aos proventos da aposentadoria. § 18 A lei disporá sobre os critérios e condições para a concessão da gratificação prevista no parágrafo anterior, ressalvados, sempre, os interesses do serviço público."	
Art. 42  § 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.	Art. 42  § 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 8º e 9º do art. 40.	Emenda nº 15 - Sen. José Eduardo Dutra e outros.  Rejeitada
Art. 53  § 8º <u>Inexistente</u>	Art. 53  § 8º Os Deputados e Senadores, ao serem investidos do mandato parlamentar, terão direito a continuar vinculados ao Regime Geral de Previdência Social ou ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos, conforme o caso, assim como ao Regime de Previdência Complementar das empresas a que estavam funcionalmente ligados até sua eleição, desde que recolham as contribuições por eles devidas se no exercício estivessem, e não optem pela vinculação ao Instituto de Previdência dos Congressistas.	Emenda nº 35 - Sen. José Roberto Arruda e outros  Rejeitada

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
Art. 93  VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40.	Art. 93  VI - a aposentadoria dos membros da magistratura, a pensão de seus dependentes deverão refletir suas peculiaridades profissionais nos termos da Lei Complementar a que se refere esse artigo."	Emenda nº 5 - Sen. - Regina Assumpção e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 93, Inciso VI)
Art. 93  VI	Art. 93  VI - A aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, no que couber.	Emenda nº 16 - Sen. Júnia Marise e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 93, Inciso VI)
Art. 93  VI	Art. 93  VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observado no que couber os dispostos nos arts. 40 e 248.	Emenda nº 24 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 93, Inciso VI)
Art. 93  VI	Art. 93  VI - a aposentadoria dos membros da magistratura, a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, no que couber.	Emenda nº 25 - Sen. José Ignácio Ferreira e outros  Acolhida na forma do Substitutivo. (Ver nova redação para o art. 40, § 8º)
<u>Inexistente</u>	Art. 100  § 3º - O disposto no <i>caput</i> deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.	Emenda nº 26 - Sen. Carlos Wilson e outros  Rejeitada
<u>Inexistente</u>	"Art. 160  § 2º - A União destinará à Previdência	Emenda nº 6 - Sen. Carlos Patrocínio e outros

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	<p>Social, mensalmente, o valor relativo ao crédito do Instituto Nacional de Seguro Social referente ao débito de cada Município, o qual não poderá ultrapassar nove por cento da correspondente parcela municipal do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, prevista no art. 159, I, b."</p> <p>Art. - As dívidas dos Municípios com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, vencidas até fevereiro de 1997, poderão ser convertidas total ou parcialmente em obras de interesse social local, sob fiscalização daquele Instituto.</p> <p>§ 1º - Se a conversão em obras for inferior ao montante da dívida a ser paga durante o quadriênio 1997-2000, a Prefeitura deverá complementar o pagamento ao INSS.</p> <p>§ 2º - A União ressarcirá os cofres da Previdência da importância relativa aos valores das obras executadas conforme disposto no <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>§ 3º - As obras não concluídas até o final de um quadriênio constituirão prioridade para a administração municipal seguinte.</p>	Rejeitada
Art. 167	Art. 167	Emenda nº 17 - Sen. José Eduardo Dutra e outros
X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.	X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios, custeio e financiamento da seguridade social.	Rejeitada

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
Art. 195 I - b) a receita ou o faturamento;	Art. 195 I - b) o faturamento;	Emenda nº 43 - Sen. Fernando Bezerra e outros  Rejeitada
Art. 195  II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;	Art. 195  II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria por invalidez e aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;	Emenda nº 11 - Sen. Ronaldo Cunha Lima e outros  Rejeitada
Art. 195  IV - sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.	Art. 195 IV - Suprima-se o inciso IV do artigo 195 da CF, acrescido pelo Substitutivo.	Emenda nº 44 - Sen. Fernando Bezerra e outros  Rejeitada
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:	Art. 201 A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei complementar, a:	Emenda nº 12 - Sen. Jefferson Peres e outros  Rejeitada
Art. 201  I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, e idade avançada;	Art. 201  I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;	Emenda nº 18 - Sen. Gilberto Miranda e outros  Acolhida
Art. 201  § 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.	Art. 201  § 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade	Emenda nº 45 - Sen. Emilia Fernandes  Rejeitada

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	física, definidos em lei complementar e o disposto no § 11 deste artigo; § 11 Ao portador de deficiência, é garantida aposentadoria, com proventos integrais, aos trinta anos de serviço, se homem; e aos vinte e cinco, se mulher.	
Art. 201  § 7º I - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e	Art. 201  § 7º I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta, se mulher, com a concessão do benefício condicionada a critérios que considerem, simultaneamente, a idade e remuneração do segurado, conforme dispuser a lei;	Emenda nº 19 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Rejeitada
Art. 201  § 7º I	Art. 201  § 7º I - trinta e cinco anos de serviço, se homem, e trinta, se mulher;	Emenda nº 39 - Sen. Emilia Fernandes e outros  Rejeitada
Art. 201  § 7º II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.	Art. 201  § 7º II - sessenta e cinco anos de idade, se homem e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o meeiro, o parceiro, o arrendatário, o garimpeiro e o pescador artesanal.	Emenda nº 28 - Sen. Espiridião Amin e outros  Rejeitada
Art. 201  § 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do	Art. 201  § 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em	Emenda nº 34 - Sen. Júnia Marise e outros  Rejeitada



Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.	cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior.	
Art. 201  § 8º	Art. 201  § 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, médio e superior.	Emenda nº 41 - Sen. Emília Fernandes e outros  Rejeitada
Art. 201  § 10 - Lei disciplinará a participação do regime geral de previdência social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente do trabalho."	Art. 201  § 10 Lei disporá sobre o seguro de acidentes do trabalho, operado, concorrentemente, pela previdência social e pelas seguradoras privadas.	Emenda nº 18 - Sen. Gilberto Miranda e outros  Acolhida na forma do Substitutivo
§ 11. <u>Inexistente</u>	Art. 201  § 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente e serão incorporados ao salário, para efeito de contribuição e repercussão em benefício, todos os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, na forma da lei.	Emenda nº 27 - Sen. José Eduardo Dutra e outros  Acolhida na forma do Substitutivo (Vide art. 201, § 11)
Art. 201  <u>Inexistente</u>	Art. 201  § 11 Serão reconhecidos como tempo de contribuição os seguintes períodos:	Emenda nº 7 - Sen. Antonio Carlos Valadares e outros  Rejeitada

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	<p>a) tempo de serviço com comprovação de vínculo empregatício, admitindo-se os meios de prova aceitos na legislação vigente;</p> <p>b) tempo de serviço militar obrigatório;</p> <p>c) tempo em gozo de benefício de auxílio-doença, aposentaria por invalidez, auxílio acidente, salário-maternidade e seguro desemprego, desde que, no caso dos dois últimos, seja efetuado o recolhimento das respectivas contribuições, nos termos da lei.</p>	
<p>Art. 201</p> <p><u>Inexistente</u></p>	<p>Art. 201</p> <p>§ 11 Será considerado como trabalhador rural em regime de economia familiar, para efeito do disposto no inciso II do § 7º deste artigo, o produtor rural, o meeiro, o parceiro e o arrendatário que possua até dois empregados, ainda que em caráter permanente.</p>	<p>Emenda nº 29 - Sen. Esperidião Amin e outros</p> <p>Rejeitada</p>
<p>Art. 201</p> <p><u>Inexistente</u></p>	<p>Art. 201</p> <p>§ - Os aposentados e pensionistas farão jus a partir do mês que completarem oitenta anos, a um adicional percentual incidente sobre seus proventos e pensões, que será aumentado anualmente, de forma gradativa, conforme dispuser a lei a que se refere o § 7º deste artigo.</p>	<p>Emenda nº 46 - Sen. Emília Fernandes e outros</p> <p>Rejeitada</p>
<p>Art. 248 Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo.</p>	<p>Art. - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou manter regime de previdência pelo exercício de mandato</p>	<p>Emenda nº 21 - Sen. José Eduardo Dutra e outros</p> <p>Rejeitada</p>

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	<p>eleitor, bem como contribuir direta ou indiretamente, a qualquer título, para o seu custeio.</p> <p>Parágrafo único - Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963 e regido pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, sendo sucedido, nos termos da lei que dispuser sobre sua liquidação, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, preservados os direitos adquiridos e assegurado, alternativamente, o ressarcimento de contribuições recolhidas pelos segurados, atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, até sessenta dias após a data da liquidação.</p>	
<p>"Art. 249 - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes das contribuições previstas no art. 40, § 1º, e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos."</p>	<p>Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de benefícios de assistência social, inclusive renda mínima de cidadania, em adição aos recursos do orçamento da seguridade social, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.</p>	<p>Emenda nº 20 -- Sen. Ademir Andrade e outros</p> <p>Rejeitada</p>

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
“Art. 250. - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo.”	suprimir o Art. 250.	Emenda nº 20 - Sen. Ademir Andrade e outros  Rejeitada
Art. 3º - Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.	Art. 3º Fica assegurada:  I - a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-la;  II - a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime, de previdência previsto no art. 40 aos que, até a data da publicação desta Emenda, acumulem proventos de aposentadoria, observado o disposto no art. 40, § 12.	Emenda nº 8 - Sen. Lucídio Portella e outros  Rejeitada
Art. 3º	Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que nos próximos cinco anos que lhe forem subsequentes cumpram os requisitos para obtê-las.	Emenda nº 47 - Sen. José Alves e outros  Rejeitada
Art. 3º	Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente para efeito de aposentadoria à data da publicação desta Emenda, que poderá ser exercida a qualquer momento, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las, observado o disposto no art. 5º desta emenda.	Emenda nº 48 - Sen. José Bianco e outros  Acolhida na forma do Substitutivo
Art. 3º	Art. 3º Parágrafo único - Iguais direitos ficam assegurados aos que cumprirem os	Emenda nº 49 - Sen. José Bianco e outros

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
	requisitos previstos no <i>caput</i> deste artigo no prazo de um ano após a publicação desta emenda.	Rejeitada
Art. 7º - Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º	Art. 7º Observando o disposto no artigo 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após um ano da publicação desta Emenda, serão calculados de acordo com o disposto no art. 40 §§ 4º e 8º.	Emenda nº 49 - Sen José Bianco e outros Rejeitada
Art. 11 § 6º - Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no <i>caput</i> deste artigo, a lei a que se refere o § 4º, do artigo 40, ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, considerará a proporcionalidade de remuneração percebida pelo servidor e o tempo prestado à data da promulgação desta Emenda.	Art. 11 Suprima-se o § 6º do Art. 11.	Emenda nº 22 - Sen. Elcio Alvares e outros Rejeitada
Art. 18 - O limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado no valor de um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.	Art. 18 Os limites máximos de contribuição e de benefícios para o regime geral de previdência serão equivalentes a dez vezes o piso de benefícios da previdência social.	Emenda nº 9 - Sen. José Eduardo Dutra e outros Rejeitada
<u>Inexistente</u> - antigo ART 19 - suprimido na CCJ para discussão em plenário	Art. 19 Ficam revogados, a partir da publicação desta Emenda, todos os dispositivos que estabeleçam requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria que estejam em desacordo com o disposto no art. 40, § 5º, e no art. 201, § 1º.	Emenda nº 23 - Sen. Elcio Alvares e outros Acolhido na forma do Substitutivo.
<u>Inexistente</u> - antigo ART 19 - suprimido na CCJ para discussão em plenário	Art. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o § 1º do art. 201, fica assegurada a concessão de aposentadoria especial, ou pensão por morte que dela resulte ou a que teria direito o segurado na data de seu falecimento, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda.	Emenda nº 30 - Sen. José Eduardo Dutra e outros Acolhido na forma do Substitutivo.

Texto do Substitutivo	Emenda de Plenário	Comentário
<p>Art. 19 - A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira (CPMF) de que trata o art. 74, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, esgotado o prazo estipulado no § 4º, destinar-se-á integral e permanentemente ao financiamento da Seguridade Social.</p> <p>Parágrafo único. A contribuição deste artigo denominar-se-á Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CMF).</p> <p>Art. 20 - São suprimidos o § 10 do art. 42 e o inciso II do § 2º do art. 153.</p>	<p>Art. 19 Suprima-se o artigo 19 e seu parágrafo único do Substitutivo</p> <p>Art. 20. Suprima-se o § 10 do art. 42.</p>	<p>Emenda nº 50 - Sen. Fernando Bezerra e outros</p> <p>Rejeitada</p> <p>Emenda nº 37 - Sen. Ney Suassuna e outros</p> <p>Rejeitada</p> <p>Emenda nº 49 - Sen. José Bianco e outros</p> <p>Rejeitada</p> <p>Emenda nº 36 - Sen. José Roberto Arruda</p> <p>Rejeitada</p>
<p>Art. 21 - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 21 Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, exceto no tocante aos artigos 11 e 12, que passarão a vigorar no prazo de 1 (um) ano.</p>	
<p><u>Inexistente</u></p>	<p>Art. 40 § 9º</p> <p>Art. - Até a promulgação da lei a que se refere o parágrafo 5º do art. 40, os proventos de aposentadoria e pensões serão reajustados na mesma data do reajuste da remuneração dos servidores em atividade, observada a média aritmética das variações dos seguintes índices de preços:</p> <p>a) IPC - FIPE b) IPCAE- IBGE c) IGMP - FGV</p> <p>Parágrafo único - A atualização do poder de compra para proventos de aposentadoria e pensões na primeira data-base imediatamente subsequente à sua concessão levará em conta "pro-rata" do índice de reajuste, definido no <i>caput</i>, incidente a partir do mês da concessão do benefício.</p>	

## EMENDA Nº 51

Acrescente-se a expressão "máximo" nos diversos dispositivos da Emenda onde haja referência ao limite máximo do valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

## JUSTIFICAÇÃO

Dá mais clareza e precisão ao texto, já que existe mais de um limite no regime geral de previdência social. Ademais, dá-se um tratamento uniforme aos diversos artigos, tendo em vista que, no art. 18, usou-se a expressão "limite máximo".

## EMENDA Nº 52

Dê-se ao art. 40, § 9º, a seguinte redação, sem modificação de mérito:

§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei."

## JUSTIFICAÇÃO

Como o texto aprovado na CCJ mantém a regra constitucional em vigor, é preferível manter o mais fielmente possível a redação atual, adaptando-a apenas em função da menção às pensões.

## EMENDA Nº 53

Acrescente-se ao art. 40, § 12, com ajustes de redação, a parte final do § 18, aprovado na reunião da CCJ, e suprima-se o referido § 18, por ser desnecessário.

§ 12 ficaria com a seguinte redação:

"§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição aos proventos de inatividade de remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos eletivos."

§ 18 a ser suprimido tem a seguinte redação .

“§ 18. Aplica-se o limite fixado no art. 37, inciso XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição aos proventos de inatividade de remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração e cargos eletivos.”

#### JUSTIFICAÇÃO

Até à expressão “previdência social”, a matéria desse parágrafo, introduzido na CCJ, é a mesma do § 12. Para aperfeiçoar o texto da Emenda, é preferível complementar o § 12 com as inovações do § 18. Quanto a este parágrafo, o melhor é suprimi-lo, por ser desnecessário.

#### EMENDA Nº 54

Promova-se uma reorganização dos dispositivos que tratam das regras de transição para aqueles que já completaram os requisitos para a aquisição de benefícios previdenciários. Esta reorganização se fará mediante a incorporação como parágrafos do art. 3º, dos artigos 5º, 6º e 7º do Substitutivo.

#### JUSTIFICAÇÃO

Não há modificação de mérito, promovendo-se uma melhor organização dos dispositivos que são complementares entre si.

#### EMENDA Nº 55

Promova-se uma revisão dos dispositivos das regras de transição que se referem ao professor. Sem alteração alguma de mérito, dá-se nova redação ao art. 8º, § 4º, que trata do professor servidor público, e do art. 9º, § 2º, que trata do professor segurado do INSS, nos seguintes termos:

##### Art. 8º

“§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.”



## Art. 9º

“§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.”

Dá mais clareza e precisão ao texto. Evita que se interprete que os professores só poderão se aposentar na forma do disposto no *caput*, se contarem exclusivamente tempo de atividade de magistério. Eles devem poder se aposentar de acordo com o *caput*, como qualquer outro servidor ou segurado. No entanto, só farão jus ao acréscimo no seu tempo de serviço, se computarem exclusivamente tempo de magistério.

## EMENDA Nº 56

Acrescente-se a seguinte expressão: “e aplicando-se-lhes o disposto no art. 40, § 12” ao final do art. 11, que passará a ter a seguinte redação:

“A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º, e aplicando-se-lhes o disposto no art. 40, § 12.”

## JUSTIFICAÇÃO

Dada a alteração feita no texto do art. 40, § 18, do Substitutivo (que se propõe que passe a ser o art. 40, § 12), há que se explicitar que o limite ali fixado também se aplica aos servidores abrangidos por este art. 11.

## EMENDA Nº 57

Promova-se um ajuste no art. 15, que trata do limite dos benefícios do RGPS, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 15. O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado em um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.”

## JUSTIFICAÇÃO

Aperfeiçoa a redação.

## EMENDA Nº 58

Promova-se um ajuste no art. 16, que trata da Contribuição sobre Movimentação Financeira - CMF, que passará a ter a seguinte redação.

“Art. 16. A contribuição social instituída pelo art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a denominar-se Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CMF, na forma prevista no inciso IV, do art. 195.

Parágrafo único. Fica prorrogada a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, até a entrada em vigor da lei que regulamentará a cobrança da contribuição social prevista no art. 195, inciso IV, destinada a sua arrecadação ao financiamento da Seguridade Social, a partir do final do prazo a que se refere o art. 74, § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

## JUSTIFICAÇÃO

A redação do art. 16 do Substitutivo aprovado na CCJ do Senado determina a destinação de uma receita sem lei que garanta a sua arrecadação.

Assim, seria necessário a prorrogação da vigência da Lei nº 9.311/96, que regula a CPMF, até a entrada em vigor da CMF, sendo que neste período a sua arrecadação seria destinada não somente à saúde, mas para a seguridade social como um todo, nos termos do que foi aprovado.

## EMENDA Nº 59

Dê-se uma numeração correta ao art. 7, XXXIII, com a seguinte redação:

“Art. 7º

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de um simples ajuste na numeração do inciso.

## EMENDA Nº 60

Promova-se um ajuste na redação do art. 73, § 3º, visando assegurar uma isonomia entre os regimes de previdência dos membros de poder. Com este ajuste, o art. 73, § 3º passaria a ter a seguinte redação:

“Art. 73.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, no que couber, as normas constantes do art. 40.”

## JUSTIFICAÇÃO

A modificação no art. 93, VI, introduziu um mecanismo de flexibilidade no regime de previdência da magistratura, que deve ser igualmente estendido aos ministros dos Tribunais de Conta.

## EMENDA Nº 61

O art. 8º, § 6º, da PEC, foi aprovado na última reunião da CCJ, e necessita dos seguintes ajustes em sua redação:

“Art. 8º.

§ 6º Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no caput deste artigo, a lei a que se refere o art. 40, § 4º, ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, considerará a remuneração percebida pelo servidor e o tempo de serviço prestado à data da publicação desta Emenda.”

## JUSTIFICAÇÃO

Dá maior precisão e clareza à redação e uniformiza as remissões e o termo “publicação” com os de outros dispositivos.

## EMENDA Nº 62

O art. 40, § 2º e o art. 18, da PEC, necessitam dos seguintes ajustes em sua redação:

“Art. 40.

§ 2º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 4º, I e II.”

"Art. 48. São suprimidos o art. 42, § 10 e o art. 153, § 2º, II."

### JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de uniformizar as remissões, fazendo-as de acordo com o texto constitucional.

Sala da Comissão,

21 de agosto, de 1997  
~~21 de 07/97~~



Presidente,

Relator, (BENI VERAS)

República Federativa do Brasil

# Constituição

1988

-----  
LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa

**Art. 167. São vedados:**

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender à despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, *a e b*, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

**Art. 194.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

*Parágrafo único.* Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

### **ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

**\*Art. 74.** A União poderá instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 1º A alíquota da contribuição de que trata este artigo não excederá a vinte e cinco centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.

§ 2º A contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.

§ 3º O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.

§ 4º A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao disposto no art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada por prazo superior a dois anos.

LEI N. 9.311 – DE 24 DE OUTUBRO DE 1996

**Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação  
ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos  
de Natureza Financeira – CPMF,  
e dá outras providências**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituída a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.

Parágrafo único. Considera-se movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira qualquer operação liquidada ou lançamento realizado pelas entidades referidas no artigo 2º, que representem circulação escritural ou física de moeda, e de que resulte ou não transferência da titularidade dos mesmos valores, créditos e direitos.

Art. 2º. O fato gerador da contribuição é:

I – o lançamento a débito, por instituição financeira, em contas correntes de depósito, em contas correntes de empréstimo, em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósitos em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do artigo 890 da Lei n. 5.869<sup>(1)</sup>, de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo artigo 1º da Lei n. 8.951<sup>(2)</sup>, de 13 de dezembro de 1994, junto a ela mantidas;

II – o lançamento a crédito, por instituição financeira, em contas correntes que apresentem saldo negativo, até o limite de valor da redução do saldo devedor;

III – a liquidação ou pagamento, por instituição financeira, de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário, nas contas referidas nos incisos anteriores;

IV – o lançamento, e qualquer outra forma de movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, não relacionados nos incisos anteriores efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas;

V – a liquidação de operação contratada nos mercados organizados de liquidação futura;

VI – qualquer outra movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira que, por sua finalidade, reunindo características que permitam presumir a existência de sistema organizado para efetivá-la, produza os mesmos efeitos previstos nos incisos anteriores, independentemente da pessoa que a efetue, da denominação que possa ter e da forma jurídica ou dos instrumentos utilizados para realizá-la.

Art. 3º. A contribuição não incide:

I – no lançamento nas contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias e fundações;

II – no lançamento errado e seu respectivo estorno, desde que não caracterizem a anulação de operação efetivamente contratada, bem como no lançamento de cheque e documento compensável, e seu respectivo estorno, devolvidos em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil;

III — no lançamento para pagamento da própria contribuição;

.....

LEI N. 8.213 — DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social,  
e dá outras providências

SUBSEÇÃO IV

Da Aposentadoria Especial

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no artigo 33, consistirá numa renda mensal de 85% (oitenta e cinco por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no artigo 49.

§ 3º O tempo de serviço exercido alternadamente em atividade comum e em atividade profissional sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão, segundo critérios de equivalência estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, para efeito de qualquer benefício.

§ 4º O período em que o trabalhador integrante de categoria profissional enquadrada neste artigo permanecer licenciado do emprego, para exercer cargo de administração ou de representação sindical, será contado para aposentadoria especial.

Art. 58. A relação de atividades profissionais prejudiciais à saúde ou à integridade física será objeto de lei específica.

.....

Art. 148. Reger-se-á pela respectiva legislação específica a aposentadoria do aeronauta, do jornalista profissional, do ex-combatente e do jogador profissional de futebol, até que sejam revistas pelo Congresso Nacional.

LEI N. 3.529 — DE 13 DE JANEIRO DE 1959

*Dispõe sobre a aposentadoria dos jornalistas profissionais.*

Art. 1º — Serão aposentados pelos Institutos de Previdência a que pertencerem, com remuneração integral, os jornalistas profissionais que trabalhem em empresas jornalísticas, quando contarem 30 (trinta) anos de serviço.



Art. 2º — Considera-se jornalista profissional aquele cuja função, remunerada e habitual, compreenda a busca ou documentação de informações inclusive fotográfica-mente, a redação de matéria a ser publicada, contenha ou não comentários, a revisão de matéria quando já composta tipograficamente, a ilustração por desenho ou por outro meio do que fôr publicado, a recepção radiotelegráfica e telefônica de noticiário nas redações de empresas jornalísticas, a organização e conservação cultural e técnica do arquivo redatorial, bem como a organização, orientação e direção de todos esses trabalhos e serviços.

Art. 3º — Não terão direito aos benefícios estabelecidos por esta lei os jornalistas profissionais, reconhecidos e classificados como tais no artigo anterior, que não sejam registrados no Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos redatores e redatores auxiliares da Agência Nacional, de jornais e revistas paraestatais, de autarquias e de fundações oficiais, desde que registrados no mesmo serviço de Identificação Profissional.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### DECRETO-LEI N. 158 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1967

##### Dispõe sobre a aposentadoria especial do aeronauta e dá outras providências

Art. 1º A aposentadoria especial do aeronauta obedecerá ao que dispõe este Decreto-lei e, no que com ele não colidir, à Lei n. 3.807 (\*), de 26 de agosto de 1960, alterada pelo Decreto-lei n. 66 (\*), de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º É considerado aeronauta, para os efeitos do presente Decreto-lei, aquele que, habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, exerce função remunerada a bordo de aeronave civil nacional.

Art. 3º A aposentadoria especial do aeronauta, prevista no § 1º do artigo 21 da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960 será concedida ao segurado que, contando no mínimo 45 (quarenta e cinco) anos de idade, tenha completado 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

§ 1º A prestação do benefício da aposentadoria especial do aeronauta, consistirá numa renda mensal correspondente a tantas trigésimas partes do salário-de-benefício, até 30 (trinta), quantos forem os anos de serviço.

§ 2º O salário-de-benefício do aeronauta, não poderá ser inferior ao maior salário-mínimo vigente no país, nem superior a 10 (dez) vezes o valor desse mesmo salário-mínimo.

Art. 4º Aplica-se ao aeronauta, para os fins de percepção do auxílio-doença, inclusive no caso de incapacidade para o voo, os preceitos do artigo 24 e seus parágrafos da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo artigo 7º do Decreto-lei n. 66, de 21 de novembro de 1966, com as alterações dos parágrafos seguintes:

§ 1º Entende-se por incapacidade para o voo, qualquer lesão de órgão ou perturbação de função que impossibilite o aeronauta para o exercício de sua atividade habitual em voo.

§ 2º A verificação e a cessação da incapacidade para o voo serão declaradas pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica, após exame médico do segurado feito por junta médica, da qual fará parte, obrigatoriamente, um médico da Previdência Social.

Art. 5º As prestações dos benefícios de aposentadoria e de auxílio-doença não poderão ser inferiores a 70% (setenta por cento) do maior salário-mínimo

vigente no país, nem as de pensão por morte, a 35% (trinta e cinco por cento) do mesmo salário-mínimo.

Art. 6º Perderão direito aos benefícios dêste Decreto-lei aquêles que, voluntariamente, se afastarem do voo por período superior a 2 (dois) anos consecutivos.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei n. 3.501 (\*), de 21 de dezembro de 1958, a Lei n. 4.262 (\*), de 12 de setembro de 1963 e a Lei n. 4.263 (\*), de 12 de setembro de 1963.

H. Castello Branco — Presidente da República.

LEI N. 5.527 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1968

Restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o artigo 31 da Lei número 3.807 (\*), de 26 de agosto de 1960, nas condições anteriores

Art. 1º As categorias profissionais que até 22 de maio de 1968 faziam jus à aposentadoria de que trata o artigo 31 da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, em sua primitiva redação e na forma do Decreto n. 53.831 (\*), de 24 de março de 1964, mas que foram excluídas do benefício por força da nova regulamentação aprovada pelo Decreto n. 63.230 (\*), de 10 de setembro de 1968, conservarão direito a êsse benefício nas condições de tempo de serviço e de idade vigentes naquela data.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A. Costa e Silva — Presidente da República.

LEI N. 5.939 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1973

Dispõe sobre a concessão de benefícios pelo INPS ao jogador profissional de futebol, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor mensal do benefício, devido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, ao segurado que venha a comprovar, devidamente, a condição de jogador profissional de futebol, será calculado na base da média ponderada entre o salário-de-contribuição apurado na época do evento, na forma da legislação então vigente e o salário-de-contribuição correspondente ao período de exercício da atividade de jogador profissional de futebol, respeitado o teto máximo fixado em lei.

Parágrafo único. Ao salário-de-contribuição, relativo à atividade de jogador de futebol, serão aplicados os índices de correção salarial fixados pela Coordenação de Serviços Atuariais do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º Em substituição à contribuição empresarial prevista no item III, do artigo 69, da Lei n. 3.807 (\*), de 26 de agosto de 1960, incidirá sobre a renda líquida dos espetáculos realizados em todo o território nacional entre associações desportivas, uma percentagem de cinco por cento devida pelos clubes como contribuição previdenciária, global e exclusiva, e que será recolhida diretamente ao Instituto Nacional de Previdência Social pela Federação promotora da partida, até quarenta e oito horas após a realização do espetáculo.

§ 1º As associações desportivas, que mantenham departamentos amadoristas dedicados à prática de, pelo menos, três modalidades de esportes olímpicos, estão incluídas no regime deste artigo.

§ 2º Os clubes de futebol profissional e as associações desportivas estão obrigados ao recolhimento das contribuições descontadas de seus empregados, atletas ou não, e do prêmio do Seguro de Acidentes de Trabalho.

§ 3º As federações promotoras de jogos serão responsáveis, individualmente, pelo recolhimento da contribuição a que se refere este artigo, respondendo as Confederações respectivas, subsidiariamente, pela inobservância das presentes disposições.

Art. 3º As associações desportivas, que mantenham equipes de futebol profissional, terão seus débitos provenientes de contribuições previdenciárias, inclusive dos demais fundos e quotas, consolidados pelo Instituto Nacional de Previdência Social pelos valores apurados, até a data da publicação da presente Lei, canceladas as multas sobre os mesmos incidentes e sobrestados quaisquer procedimentos judiciais relativos a esses débitos.

Parágrafo único. Feita a consolidação a que se refere este artigo, e firmado o respectivo termo de confissão de dívida, a amortização do débito se fará em parcelas correspondentes a três por cento da quota líquida atribuída à entidade devedora por partida disputada no território nacional.

Art. 4º Quando qualquer associação desportiva descumprir o compromisso firmado nos termos do artigo anterior, as respectivas Confederações, por solicitação do INPS, reterão e recolherão o valor correspondente às parcelas não recolhidas.

Art. 5º A contribuição, a que alude o artigo 3º desta Lei, será contabilizada como receita de custeio do Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data da publicação do seu regulamento, revogadas as disposições em contrário.

Emílio G. Médici — Presidente da República.

Júlio Barata.

#### LEI N. 6.903 — DE 30 DE ABRIL DE 1981

Dispõe sobre a aposentadoria dos Juizes temporários da União de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional

#### LEI N. 7.850 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1989

*Considera penosa, para efeito de concessão de aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, a atividade profissional de telefonista*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É considerada penosa, para os efeitos da concessão da aposentadoria especial prevista no artigo 9º da Lei n. 5.890 (1), de 8 de junho de 1973, a atividade profissional de telefonista, onde quer que seja exercida.

Parágrafo único. A aposentadoria especial referida no "caput" deste artigo será concedida pela Previdência Social ao profissional que complementar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício da atividade de telefonista.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Jáder Fontenelle Barbalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, participei, recentemente, na semana passada, do 2º Encontro Nacional de Trabalho do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, realizado na progressista e aprazível capital de Sergipe, Aracaju.

Estiveram presentes ao encontro 20 Presidentes de Diretórios Regionais do PTB, além de Delegados e componentes da Direção Nacional do Partido.

Tivemos o prazer de receber, também, inúmeras lideranças trabalhistas sergipanas, bem como de todo o Nordeste, cujas participações enriqueceram enormemente nossa pauta de discussão.

O 2º Encontro Nacional de Trabalho do PTB contou, ainda, com a presença de um sem número de prefeitos e vereadores da região Nordeste, que paralelamente participavam de um encontro regional promovido pelo nosso Diretório de Sergipe.

Também abrilhantaram o evento com suas presenças o Governador Manoel Gomes de Barros, do PTB de Alagoas, e o anfitrião, Governador Albano Franco, do PFL de Sergipe.

Durante esse Encontro de Trabalho, Sr. Presidente, foi constituído o Movimento da Juventude Trabalhista Brasileira, cuja fundação se deu com a presença de representantes do Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Sergipe e Tocantins.

Da vasta pauta de discussões, os membros da plenária elegeram algumas prioridades de substancial interesse partidário e da sociedade brasileira como um todo, aí incluídos a reforma agrária, a educação de base, habitação popular, geração e garantia de emprego, reforma do Judiciário, saúde e saneamento.

O item reforma agrária foi objeto de acaloradas discussões no Encontro de Trabalho do PTB. Dentre as inúmeras sugestões apresentadas, colheu-se os seguintes subsídios, que passam, doravante, a figurar como prioridades do Partido:

- municipalização da reforma agrária, ou seja, transferir para as Prefeituras municipais a incumbência de processar a distribuição das terras, destinadas a tais fins;

- criação de uma espécie de conselho municipal de reforma agrária, integrado por forças representativas da sociedade, com a incumbência de fiscalizar as ações das prefeituras nessa área.

Além dessas linhas básicas, extraiu-se desse 2º Encontro a convicção de que a reforma agrária em nosso País só logrará êxito se for sustentada por uma ampla infra-estrutura de apoio capaz de criar as condições mínimas para a efetiva fixação do homem na terra, tais como:

- estradas para o escoamento da produção;
- assistência técnica rural e
- política de preços mínimos para produtos hortifrutigranjeiros, pecuária e lavoura, de um modo geral.

No campo da educação de base, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a plenária do PTB reunida em Aracaju apontou algumas sugestões tendentes a otimizar o sistema. Dentre outras eu destacaria:

- atenção especial às creches existentes e incentivos à implantação de novas unidades, incluindo a contratação de orientadores educacionais;

- reavaliação da metodologia de ensino utilizada no 1º grau;

- permanente reciclagem dos professores;
- aparelhamento das escolas com recursos audiovisuais, bibliotecas, equipamentos de informática e
- manutenção periódica da estrutura física das escolas.

No que se refere ao problema da habitação, os participantes do conclave concluíram que a extinção do BNH – Banco Nacional de Habitação, em vez de trazer soluções para o gravíssimo déficit de moradia verificado no País, agravou ainda mais a questão.

Entenderam, também, que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS deve continuar financiando programas de habitação popular, mas sob estreita fiscalização do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o item emprego, ou melhor, geração e garantia de emprego, foi o que mais chamou a atenção no 2º Encontro Nacional de Trabalho do PTB, por razões muito óbvias, naturalmente.

Diante dos índices imorais de desemprego, a plenária do PTB em Aracaju recomenda a via da reforma tributária como instrumento capaz de reduzir o custo Brasil, induzir a ampliação da atividade econômica e gerar os postos de trabalho de que a população tanto se ressentia.

Inúmeros outros temas de inegável relevância e de indiscutível interesse nacional integram, igualmente, a agenda de prioridades extraídas desse pro-

ficou 2º Encontro Nacional de Trabalho do PTB, Sr. Presidente.

Plenamente sintonizado com a nova ordem que se impõe nessa era de globalização, o PTB permanece fiel às suas raízes cinquentenárias, cujo escopo é lutar pela perfeita harmonia entre capital e trabalho, pressuposto indispensável para o atingimento da justiça e do bem-estar social com que tentam sonhar as classes trabalhadoras deste nosso Brasil de tantos contrastes.

Está de parabéns o Presidente do PTB estadual, Dr. Clóvis Silveira, líder político competente que soube com a sua inteligência se impor no cenário político de Sergipe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. (Pausa.)

Faculto a palavra a qualquer dos nobres Senadores que deseje usar a tribuna. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1996, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre a concessão de Seguro-Desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências.

A matéria foi aprovada em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente das sessões ordinárias de 14 e 16 de outubro próximo, será dedicado a homenagear o ex-Senador Carlos Gomes de Oliveira e o Dia Mundial da Alimentação, respectivamente, de acordo com os Requerimentos nºs 577 e 552, de 1997, de autoria dos Senadores Esperidião Amin, Osmar Dias e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que estão abertas as inscrições para as referidas homenagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Os Srs. Senadores João Rocha e Júlio Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JOÃO ROCHA** (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores: o êxito é passível de reconhecimento, porquanto diz respeito, quase sempre, a esforços despendidos, a renúncias constantes, a obstáculos transpostos, a um ideal acalentado e perseguido com pertinácia e proficiência.

Para alcançar o sucesso, muita determinação, denodo, humildade e perseverança são necessários. Os homens de bem conseguem esse desiderato. É o caso do nosso saudoso Agnaldo Borges Pinto. Exemplo de coragem e despreendimento, Agnaldo abdicou de uma carreira brilhante como executivo das Organizações Jaime Câmara, em Goiânia, onde exercia o cargo de Diretor de Programação da TV Anhangüera, para cumprir uma difícil missão: implantar a emissora do grupo em Araguaína, então norte de Goiás, no distante 1976.

Abraçando com convicção o pioneirismo de expandir esse importante meio de comunicação nos rincões do norte goiano, Agnaldo conseguiu, com determinação e arrojo, não apenas concretizar o projeto como, também, passou a se identificar e a apoiar a causa libertária do Tocantins, causa essa abraçada desde a primeira hora pela Organização Jaime Câmara.

Em 24 de agosto do ano passado, quando completava 20 anos à frente do grupo em Araguaína, Deus o levou, certamente entendendo que sua missão vitoriosa na terra já havia sido concluída. Ao completar o primeiro aniversário de sua morte, seus amigos, ao reverenciar essa data, lembram, com carinho e saudade, de sua presença entre nós, merecedor que foi da nossa amizade e consideração pelos seus valores morais e humanos.

Entendemos, assim, que, onde estiver, Agnaldo certamente estará prestando bons serviços, servindo às causas mais nobres e iluminando os passos de seus amigos e entes queridos que aqui permanecem.

O pioneirismo da empresa no Estado confunde-se com a própria história de sucesso de seu principal executivo na região. Trocando a comodidade de uma vida tranqüila em Goiânia, pelas ruas empoeiradas da Araguaína de então, Agnaldo levou tão a sério sua missão que convenceu sua família a transferir o domicílio para aquele município, apesar das carências locais de toda ordem.

Mesmo assim, como pai e esposo exemplar, criou e educou seus filhos, fixou raízes na região e fez amigos. Foi um exemplo de transparência de conduta, de honestidade e de desapego a cargos e bens materiais. Deixou como legado uma história de lutas em favor da modernização dos meios de comu-

nicação no Estado e um patrimônio moral que o enobrece e será razão de permanente orgulho para seus descendentes e familiares.

Como um dos responsáveis pela sua indicação para a desafiadora missão em Araguaína, na condição de então Diretor Financeiro da Organização Jaime Câmara, acabei compartilhando da acertada decisão da empresa em apostar no seu potencial criativo e na sua capacidade empreendedora ao enviá-lo para o norte goiano. A Organização credita hoje parte significativa de seu sucesso na região, ao longo desses 20 anos, ao trabalho abnegado desse Bandeirante das comunicações no extremo norte do Estado.

Agnaldo teve, portanto, papel fundamental nesse pioneirismo da TV Anhangüera no Tocantins. Além de representar mais uma nova opção de lazer para a comunidade, a TV se transformou em um valioso instrumento de defesa dos interesses maior do Estado, de prestação de serviço de utilidade pública e de estímulo e fortalecimento da economia regional.

Ao saudoso Agnaldo Borges o meu abraço fraterno e de todos os seus amigos que quanto mais privaram da sua convivência ou relacionamento mais souberam reconhecer suas virtudes e suas qualidades morais. Sua estada entre nós foi marcada profundamente pela presença amiga. Por isso, ele será sempre lembrado por seus amigos e pelos tocantinenses.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

**O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL - MT)** - Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, estou recebendo Ofício das principais lideranças políticas, empresariais e de trabalhadores de Mato Grosso, pleiteando a revogação da Resolução do Banco Central que altera o horário de funcionamento das agências bancárias em meu Estado.

Nesse pleito, estão unidos, defendendo a mesma causa, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na pessoa do Deputado Estadual Wilson Santos, a Secretaria de Indústria e Comércio de Cuiabá, a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, a Federação do Comércio no Estado de Mato Grosso, a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cuiabá, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Mato Grosso e o Sindicato dos Bancários no Estado de Mato Grosso, o que por si só demonstra sua legitimidade, representatividade e amplitude de apoio, cobrindo um amplo espectro político, social e administrativo.

De acordo com a mencionada Resolução do Banco Central, a partir do dia 1º de setembro último, as agências bancárias de Cuiabá passarão a funcionar no horário das 11 horas da manhã às 4 horas da

tarde, o que não atende ao ritmo normal de funcionamento da economia local, que já tem consolidadas práticas e costumes comerciais, industriais e de prestação de serviços incompatíveis com essa nova disciplina bancária.

É preciso não perder de vista que o sistema bancário, diferentemente de outros países, ganhou uma amplitude tal, está de tal forma integrado na economia local, regional e nacional, que é praticamente impossível realizar operações comerciais sem apoio de uma agência bancária: pagamentos de água, luz, telefone, carnês de escolas, condomínios, prestações de entidades diversas públicas, privadas e assistenciais, pagamentos de impostos, taxas e contribuições, tudo isso é feito com a intervenção do sistema bancário nacional.

O próprio desenvolvimento, maior aparelhamento e sofisticação do sistema bancário, aumentou o grau de dependência de todos os segmentos da economia em relação aos serviços bancários.

Dessa forma, uma mudança brusca no horário de atendimento é capaz de produzir efeitos negativos muito sérios na economia das empresas, dos Estados e das regiões, coisa que muitas vezes nem é imaginada pelos que tomam decisões centralizadas em Brasília, nos gabinetes refrigerados do Banco Central e que pouco conhecem as peculiaridades, os costumes, as práticas comerciais até mesmo seculares existentes nas diversas regiões do Brasil.

As grandes companhias multinacionais estão hoje preocupadas em como adaptar seus sistemas de computação às mudanças cronológicas que ocorrerão no ano 2000, para as quais os computadores mais antigos não estarão preparados: trata-se de algo grave que poderá paralisar trens, aeroportos, aviões, contas bancárias, sistemas contábeis, dentre outras atividades atualmente controladas por computadores.

Uma mudança de horário bancário para uma cidade como Cuiabá, e muitas em todo o Brasil, poderá ter um efeito negativo semelhante ao citado na mudança de data no ano 2000.

Os custos operacionais do comércio, da indústria, da agricultura e dos serviços serão afetados por tal medida, já que as práticas comerciais vigentes operam considerando os antigos horários de fechamento das agências bancárias, em que negócios são fechados e transações se realizam e os respectivos créditos bancários devem representar os negócios efetivamente realizados, evitando-se a necessidade de auditorias contábeis adicionais para atestar a fidegurança de muitas transações comerciais.

A mudança de horário bancário certamente fará com que muitas transações comerciais não se realizem, por falta de uma agência bancária aberta, não apenas para firmar e confirmar o efetivo pagamento, como ainda pela indisponibilidade de numerário muitas vezes necessário para as transações que se realizam em dinheiro, que precisa ser sacado imediatamente de uma agência bancária.

Além desses efeitos econômicos negativos, há ainda outros inconvenientes que oneram não apenas os custos diretos de todas as operações que envolvem o sistema bancário (e atualmente são quase todas as operações comerciais importantes), mas ainda provocarão o congestionamento das agências, o aumento do tempo médio de atendimento, sem falar no provável aumento das tarifas bancárias.

Assim, o tempo médio de espera para atendimento de um cliente bancário, no sistema normal de caixa, que se situa atualmente em torno de 35 minutos, crescerá para talvez uma hora de espera. Não se sabe que efeitos serão produzidos numa agência bancária de uma cidade que tem seus usos e costumes já consagrados por muitas décadas.

É oportuno aqui relatar o estudo realizado pelo Sindicato dos Bancários de Mato Grosso, condenando o novo horário bancário.

Ruim para os clientes, péssimo para os bancários é o resumo do estudo do Sindicato sobre o horário de funcionamento dos bancos, baseado em pesquisa realizada no início de julho pela **Datafolha** e patrocinada pela Executiva Nacional dos Bancários.

Os clientes desejam a ampliação do horário de atendimento dos bancos: entre as pessoas físicas, 61% declararam preferir o horário de 9 às 17 horas; entre empresários, 57% são favoráveis a esse mesmo horário de atendimento.

A grande maioria dos empresários (59%) está insatisfeita com as tarifas cobradas pelos bancos que reduziram o horário de atendimento, aumentaram as tarifas e os lucros, jogando o ônus e todos os custos para a sociedade, o que é totalmente incompatível com os princípios de uma sociedade democrática.

Deixo aqui o meu apelo aos senhores membros do Conselho Monetário Nacional, para que reconheçam a inoportunidade de execução dessa medida, contrária aos interesses da economia não apenas da cidade de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso, mas praticamente de todos os Estados e das principais cidades do Brasil.

A importância econômica e social do sistema bancário nacional não permite que se façam mudanças bruscas no horário de funcionamento, sem causar sérios riscos ao comércio, à indústria, à agricultura e aos serviços.

Tenho a convicção de que o Ministro Pedro Malan, com a sensibilidade de intelectual e homem público de alta qualidade, certamente, terá a grandeza de rever essa norma, que em nada contribui para a melhoria da eficiência de nossa economia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 9h10min.)*

**(OS Nº 15596/97)**

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SR. ELCIO ALVARES NA SESSÃO DE  
04/09/97, E QUE ENTREGUE À REVISÃO  
DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. ELCIO ALVARES** (PFL – ES. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, no exercício do mandato de Senador da República temos uma função que considero primacial.

O Senador tem de dar satisfação ao povo do seu Estado e ao povo brasileiro. Esta Casa, às vezes, é criticada com fundamentos de justiça; por vezes, com base em critérios que não comungam com a verdade.

Na reunião da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania tivemos um dos momentos mais importantes do Senado da República: votamos a chamada Reforma da Previdência. Diria mesmo, baseado nos aplausos dados ao Relator Beni Veras ao término da votação, que esse trabalho pode ser apontado como o substitutivo do Senado Federal ao problema previdenciário. Votamos da maneira mais aberta, mais transparente.

A habilidade, a inteligência e o talento do Senador Beni Veras convocou a todos para a elaboração do substitutivo, que acabou sendo uma peça de composição, pela aceitação de várias emendas oferecidas ao seu trabalho.

Ocorre, Sr. Presidente, que noticiários de jornais passaram a idéia de que Senadores votaram privilégios pessoais, em detrimento de outras posições referentes a várias classes envolvidas na Previdência. Esse noticiário não foi somente da imprensa escrita; alcançou também o da televisão.

Permito-me dizer aqui, Sr. Presidente, eminentes colegas, assumindo a responsabilidade pessoal - não falo como Líder do Governo -, que se cometeu uma injustiça profunda em relação ao Senado da Repúbli-

ca, aos Senadores que votaram na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, muito mais, ao Senador Beni Veras, homem de probidade exemplar.

O Senador Beni Veras, que teve oportunidade de examinar a matéria com percuriência, convocando a todos e trocando idéias, quando examinou o texto que veio da Câmara, verificou que aquela Casa não fez nenhuma referência à aposentadoria de Parlamentares - Deputados e Senadores. Até certo ponto, isso tem explicação: não consta no Texto Constitucional aposentadoria de detentores de mandato, seja do Executivo, seja do Legislativo. A legislação que regula essa aposentadoria é infraconstitucional, o que é até bom, porque se se tiver de votar alguma matéria referente à aposentadoria de Parlamentares, não será necessária a votação privilegiada dos três quintos. A metade mais um, nesta Casa, resolverá de vez situações de aposentadoria, IPC e outros assuntos conexos e similares.

O Senador Beni Veras, ao verificar que tomávamos medidas gerais - por sinal, todas aplaudidas por aqueles que sabem da intenção do seu trabalho -, avançou na colocação de um texto que está inserido no seu substitutivo. Assim, no art. 248, S. Ex<sup>a</sup> acrescenta, com toda a inteligência:

"Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão, decorrentes do exercício de mandato eletivo."

O Senador Beni Veras agiu com a melhor técnica e teve um gesto que enaltece a participação do Senado. Em nenhuma parte do substitutivo os Parlamentares foram contemplados com privilégios, sejam Senadores da República ou Deputados. É preciso que os que fazem a crítica leiam esse substitutivo por inteiro. Assim, evitariam comentários que revelam desconhecimento sobre o teor da matéria. Com base nessa linha que aqui temos traçado, todos nós, Senadores, sem exceção, não podemos admitir nada que venha a representar o ato de legislar em causa própria. Está dito no Texto Constitucional que uma lei complementar terá essa incumbência; no entanto, ela só poderá vir após a aprovação da emenda. Obviamente, haverá debates. Aqueles que são favoráveis a colocar os Parlamentares na linha geral de aposentaria - e a corrente é muito grande nesse sentido -, muito bem; aqueles que venham a divergir, vão estudar o texto complementar. O que não pode é a imprensa afoita dizer que os Parlamentares votaram privilégios, na presunção de um texto complementar que terá de ser redigido após a efetivação da emenda da Previdência.

Portanto, Sr. Presidente e eminentes Colegas, estamos diante de fato que assume uma certa gravidade, porque, conforme foi elaborada essa emenda da

Previdência, houve uma contribuição muito vigorosa não só dos Líderes Partidários, mas dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e do Senador Beni Veras. Faço questão de fazer este elogio ao Senador Beni Veras, porque, neste momento, S. Ex<sup>a</sup> está aqui no plenário. Foi um trabalho sério, honesto, honrado, que fez justiça à biografia do seu autor.

E, neste instante, interpretamos, certamente, o sentimento de toda a Casa, porque, hoje, já recebemos várias manifestações de colegas, no sentido de que fosse feito esse pronunciamento para restaurar a verdade absoluta.

Quero proclamar aqui, do plenário, Sr. Presidente e eminentes Colegas, que, em nenhum momento da votação do substitutivo da Previdência, em nenhum momento que antecedeu essa votação, cogitou-se em instituir privilégios em favor dos Parlamentares. Qualquer matéria, qualquer noticiário nessa direção, é uma falácia, que precisa ser contraditada com toda veemência, conforme fazemos nesse instante.

Portanto, esse registro é um esclarecimento necessário à opinião pública brasileira.

Os Srs. Senadores que votaram na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os que votarão, neste plenário, na próxima quarta-feira, o texto da Emenda Previdenciária, não estão elaborando legislação em causa própria. Vão agir com a dignidade de sempre. E é em nome dessa dignidade, Sr. Presidente, eminentes Colegas, que faço este pronunciamento, solidário não somente com todos os meus Pares, mas principalmente com esse Senador, que é um exemplo de trabalho consciente, honesto e, acima de tudo, criterioso, o Senador Beni Veras. S. Ex<sup>a</sup> mostrou capacidade extraordinária ao concluir um substitutivo que, no meu modo de sentir, foi uma das matérias mais difíceis que já tivemos oportunidade de examinar, de estudar e de elaborar, para tomar-se, na forma adequada, na peça que está sendo examinada por nós.

Faço esse pronunciamento movido por convicção que sempre tive na vida pública. A crítica é válida e construtiva, mesmo quando não está alicerçada em fatos verdadeiros. Mas para nós, acostumados na vida pública a dar resposta por todos os nossos atos, proclamamos, neste instante, como um dos que votou o substitutivo Beni Veras na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que votamos com a maior dignidade.

Não admitimos privilégios em favor de Parlamentares e haveremos de proceder dessa maneira quando a lei complementar for examinada por todos em decorrência da aprovação do substitutivo do Senador Beni Veras.

É a minha comunicação, Sr. Presidente.



- (\*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.573-11, ADOTADA EM 29 DE AGOSTO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992, E 2.180, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1954, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADYLSO MOTA	026, 052.
DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO	008, 024.
DEPUTADO ANIVALDO VALE	069.
DEPUTADO ARLINDO VARGAS	027, 028, 029.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	002, 004, 006, 009, 010, 015, 018, 025, 037, 045, 046, 047, 055, 058, 061, 062, 063, 070.
DEPUTADA DALILA FIGUEIREDO	021, 048.
SENADORA EMÍLIA FERNANDES	003.
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL	001, 007, 011, 012, 019, 022, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 038, 039, 040, 041, 043, 044, 049, 050, 053, 056, 057, 060, 068.
DEPUTADA MARIA VALADÃO	005, 014.
DEPUTADO NILSON GIBSON	054, 059, 064.
DEPUTADO PEDRO NOVAIS	030, 066.
DEPUTADO PEDRO W. GUIMARAES	013.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	016, 017, 020, 023, 051, 065, 067.
DEPUTADO VICENTE ANDRÉ GOMES	042.

Total de emendas: 70

- (\*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.576-3, ADOTADA EM 29 DE AGOSTO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DOS ÓRGÃOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL.....	001,002,003,004.

TOTAL DE EMENDAS: 04.

- (\*) Publicadas em suplemento à presente edição.

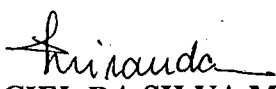
## ATOS DO DIRETOR-GERAL

### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2914 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 015.701/97-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCIA ANITA SPRANDEL**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 05 de setembro de 1997.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2915 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 015.609/97-9,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NATALINO JOSÉ GONZAGA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lúdio Coeffo.

Senado Federal, em 05 de setembro de 1997.

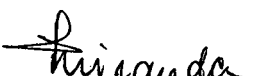
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº 2916 , DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 015.709/97-3,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDIR GALDINO DE CRUZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 05 de setembro de 1997.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 2917 , DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 15428/97-4,

RESOLVE designar o servidor ALFREDO LABES NETO, matrícula 3834, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, com efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 1997.

Senado Federal, 5 de setembro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p<sup>1</sup> Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 2918 , DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 15435/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor IVANNIL ALVES BARBOSA, matrícula 1789, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 29 de agosto de 1997.

Senado Federal, 5 de setembro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p<sup>1</sup> Diretor-Geral


**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº. 2919 , DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 15434/97-4,

RESOLVE dispensar a servidora **DIVA MENEZES DE OLIVEIRA**, matrícula 2378, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 29 de agosto de 1997.

Senado Federal, 5 de setembro de 1997

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

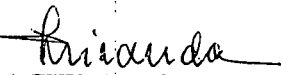
**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº. 2920 , DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 15421/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora **VANDA WOLNEY CAVALCANTE AIRES**, matrícula 2885, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador José Bianco, com efeitos financeiros a partir de 22 de agosto de 1997.

Senado Federal, 5 de setembro de 1997

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº.2921 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 15473/97-0,

**RESOLVE** dispensar a servidora **LILIAN KARLA FERREIRA DO AMARAL**, matrícula 2987, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 29 de agosto de 1997.

Senado Federal, 5 de setembro de 1997



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 2922 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 15424/97-9,

**RESOLVE** dispensar o servidor **LUIZ CARLOS GRANJEIRO**, matrícula 3127, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 1997.

Senado Federal, 5 de setembro de 1997



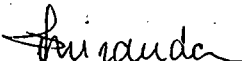
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2923 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo n.º 015.833/97-6,

**R E S O L V E** exonerar **RENATA ROCHA CARDOSO DE MELLO**, matrícula n.º 5408, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Júnia Marise.

Senado Federal, em 5 de setembro de 1997

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2924 , DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo n.º 015.787/97-4,

**R E S O L V E** exonerar **JOSEANE DE SANTANA SOUZA**, matrícula n.º 5600, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para

exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 5 de setembro de 1997

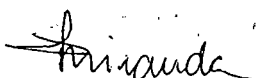
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº 2925 , DE 1997

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 015.860/97-3,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EMERSON ELOY PALMIÉRI**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Eduardo Vieira.

Senado Federal, em 5 de setembro de 1997

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
p/ Diretor-Geral



<p><b>MESA</b> <b>Presidente</b> Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p><b>2º Vice Presidente</b> Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p><b>1º Secretário</b> Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p><b>2º Secretário</b> Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p><b>3º Secretário</b> Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p><b>4º Secretário</b> Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p>1º - Emília Fernandes(*) - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b></p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - (*) - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b> Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b> Sergio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Líder</b> José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b> Epitacio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Lcomar Quintanilha Esperidião Amim</p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>Corregedor</b> (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p><b>Corregedores - Substitutos</b> (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b> Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b> Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líder</b> Odacir Soares</p>

(\*) Sem partido

Atualizada em 20/8/97

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner – PMDB – SC  
**Vice-Presidente:** José Alves – PFL – SE  
(Eleitos em 28-2-96)

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Pêres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

#### PTB

1. Emília Fernandes

1. Artindo Porto

#### PP

1. Antônio Carlos Valadares

#### PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

#### PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
**Romeu Tuma (Corregedor)**



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA -GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)  
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS -CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

#### TITULARES

#### SUPLENTE

#### PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

#### PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

#### PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

#### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

#### PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

#### PTB

JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

Atualizada em: 21/08/97

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
**SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS**  
**OFERECIDOS ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS**

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

(09 TITULARES E 09 SUPLENTE)

PRAZO: 18.11.97

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PMDB			
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
PSDB			
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPPLYCY - PT	SP- 3215/16
PPB + PTB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605  
FAX: 311-4344

SALA Nº 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA  
☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255  
E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br  
ATUALIZADA EM: 26.08.97

**ANDAMENTO**

EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA**  
**(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)**

**TITULARES**

**SUPLENTE**

**PFL**

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-VAGO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-VAGO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	

**PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

**PSDB**

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

**PPB**

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

**PTB**

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES(*)	RS-2331/37
----------------	--------------	-----------------------	------------

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
 FAX: 311-3652

Atualizada em: 26/08/97

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-VAGO	
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 26/08/97

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA**  
**VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

**TITULARES**

**SUPLENTE**

**PFL**

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-VAGO	
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

**PMDB**

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNÁ	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

**PSDB**

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

**PPB**

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

**PTB**

EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
----------------------	------------	--------------------	------------

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES

LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 14/08/97



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CEC****PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA****VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VAGO	
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)  
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO CÔELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

Atualizada em: 26/08/97

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	

PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNADES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/37

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

OBS: \*1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286**

Atualizada em: 21/08/97

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA  
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3- ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/2321

(\*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

Atualizada em: 21/08/97.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
**(Designação em 25-04-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**  
**Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER**  
**Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO**  
**Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA**

<b>SENADORES</b>		
Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
José Fogaça		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	<b>PFL</b>	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Wakdeck Ornelas		Júlio Campos
	<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		José Ignácio Ferreira
	<b>BLOCO</b>	
Benedita da Silva		Emília Fernandes
	<b>PPB</b>	
Levy Dias		Esperidião Amin
	<b>PTB</b>	
José Eduardo		(vago)

**Membro nato:**

José Sarney, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

<b>DEPUTADOS</b>		
Titulares		Suplentes
	<b>PFL</b>	
José Carlos Aleluia		Benito Gama
Paulo Bornhausen		Valdomiro Meger
	<b>Bloco PMDB/PSD/PSL</b>	
Edison Andrino		Confúncio Moura
Germano Rigotto		Robson Tuma
	<b>PSDB</b>	
Celso Russomanno		Nelson Marchezan
Franco Montoro		Renato Johnsson
	<b>Bloco PT/PDT/PC doB</b>	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	<b>PPB</b>	
Júlio Redecker		(vago)



## Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.  
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

# Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

**Agenda 21 (R\$ 10,00).** Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

**A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho.** Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00).** Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00).** Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

**Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00).** Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

**Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice).** Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

**Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00).** Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

**Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00).** Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

**Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.).** Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

**Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal.** Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

**Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00).** Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

**Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00).** Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

**Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00).** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

### Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

### Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

### Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

Via N-2, Unidade de Apoio III Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

## REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

**Periodicidade Trimestral**

**Assinatura para o ano de 1997**

**Números 133-136**

**RS 40,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,  
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: [ssetec@admass.senado.gov.br](mailto:ssetec@admass.senado.gov.br)

## DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

### PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do **FUNCEGRAF**.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900**  
**CGC. 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

**Tabela em vigor a partir de 3-3-97.**



**EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS**